

Ana Gualberto & Daniela Yabeta

Caderno de Campo



Notas de experiência de
pesquisa em territórios negros

Ana Gualberto
&
Daniela Yabeta

Caderno de Campo:

Notas de experiência de pesquisa em
Territórios Negros

 HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil

 **KOINONIA** 25
Presença Ecológica e Serviço
aliança ANOS

São Leopoldo

 editora
Karywa
2020

© Editora Karywa – 2020
editorakarywa@gmail.com
<https://editorakarywa.wordpress.com>

© Heinrich Böll Stiftung – 2020
info@br.boell.org
<https://br.boell.org/pt-br>

Conselho Editorial

Dra. Adriana Schmidt Dias (UFRGS – Brasil)
Dra. Claudete Beise Ulrich (Faculdade Unida – Brasil)
Dr. Cristóbal Gnecco (Universidad del Cauca – Colômbia)
Dra. Delia Dutra da Silveira (UDELAR, CENUR, L.N. – Uruguai)
Dr. Eduardo Santos Neumann (UFRGS – Brasil)
Dra. Eli Bartra (UAM-Xochimilco – México)
Dr. Moisés Villamil Balestro (UNB – Brasil)
Dr. Raúl Fernet-Betancourt (Aachen – Alemanha)
Dr. Rodrigo Piquet Saboia de Mello (Museu do Índio – Brasil)
Dra. Tanya Angulo Alemán (Universidad de Valencia – Espanha)
Dra. Yisel Rivero Báxter (Universidad de la Habana – Cuba)

Arte da capa: Daniela Pereira da Silva

GUALBERTO, Ana; YABETA, Daniela

Caderno de Campo: Notas de experiência de pesquisa em Territórios Negros. Ebook, São Leopoldo: Karywa, 2020.

103p.

ISBN: 978-65-86795-05-9

1. Quilombolas; 2. Comunidades tradicionais; 3. Racismo; 4. Resistência; 5. Religião de matriz africana; I. Ana Gualberto; II. Daniela Yabeta.

CDD 306

*Em memória de Carivaldina Oliveira da Costa e
Flávio Gabriel Pacífico dos Santos*



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
I – S.O.S Quilombo Sacopã	11
<i>Daniela Yabeta</i>	
II – 1º de agosto: A Tocha Olímpica e a Vigília da Dignidade	15
<i>Ana Gualberto</i>	
III – Colhendo Esperança: Feira das Mulheres do Baixo Sul	18
<i>Ana Gualberto</i>	
IV – UFF/UNEB – Relatos de experiência da prática docente	20
<i>Daniela Yabeta</i>	
V – Quilombolas do Baixo-Sul na 14ª Feira Cultural e Saúde	23
<i>Ana Gualberto</i>	
VI – Búzios (RJ) – 4º Evento Cultural Quilombola do QUIPEA ..	26
<i>Daniela Yabeta</i>	
VII – #ocupatudo e os quilombos contemporâneos	31
<i>Daniela Yabeta</i>	
VIII – A Marambaia do filme “Onde a terra acaba” (1931)	35
<i>Daniela Yabeta</i>	
IX – Quilombos no Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional (2003 – 2015)	42
<i>Daniela Yabeta</i>	
X – Dona Dandinha e o quilombo Pitanga dos Palmares (BA) ..	47
<i>Daniela Yabeta</i>	

XI – Debate sobre museu e escravidão na Baixada Fluminense (RJ).....	50
<i>Daniela Yabeta</i>	
XII – Tour pelo subúrbio carioca parte I – Vicente de Carvalho: do fazendeiro ao poeta abolicionista	54
<i>Daniela Yabeta</i>	
XIII – O Quilombo de Barro Preto (MG) e a suspensão das titulações quilombolas pelo governo Temer	57
<i>Daniela Yabeta</i>	
XIV – Cuidando para cuidar: meio ambiente e religiosidade de matriz africana	61
<i>Ana Gualberto</i>	
XV – Entre o carnaval de 1988 e o 13 de maio de 2017	66
<i>Ana Gualberto</i>	
XVI – Revisitando o Informativo Territórios Negros: O quilombo de Conceição do Macacoari (AP) e a suspensão das titulações quilombolas	69
<i>Daniela Yabeta</i>	
XVII – Dona Dandinha parte II: a entrega da cadeira de rodas no quilombo Pitanga dos Palmares (BA)	72
<i>Ana Gualberto</i>	
XVIII – UFF recebe: Quilombo do Camorim	75
<i>Daniela Yabeta</i>	
XIX – A publicação do RTID do quilombo da Rasa (RJ)	77
<i>Daniela Yabeta</i>	
XX – IPN e Quilombo da Pedra do Sal (RJ): outros patrimônios da humanidade.....	80
<i>Daniela Yabeta</i>	

XXI – 26 de julho: sobre o Quilombo de Santana (Quatis/RJ) ...	82
<i>Daniela Yabeta</i>	
XXII – 400 anos do município de São Pedro da Aldeia e o Quilombo Caveira (RJ).....	85
<i>Daniela Yabeta</i>	
XXIII – Sobre a ADI 3239 contra a garantia dos territórios quilombolas no Brasil.....	89
<i>Daniela Yabeta</i>	
XXIV – Nota de pesar pelo falecimento de Flávio Gabriel Pacífico dos Santos	93
<i>Ana Gualberto e Daniela Yabeta</i>	
XXV – Sobre tornar-se intelectual.....	95
<i>Ana Gualberto</i>	
XXVI – Tour pelo subúrbio carioca parte II: O largo do bicão..	98
<i>Daniela Yabeta</i>	
XXVII – Encontro de comunidades quilombolas do Rio de Janeiro	100
<i>Ana Gualberto</i>	
SOBRE AS AUTORAS	103



APRESENTAÇÃO

Você já visitou uma comunidade quilombola? Não? Deveria, vais percorrer os caminhos da história brasileira, encontrar gente séria, trabalhadora e empenhada em construir um futuro melhor para seus descendentes e familiares. No “Caderno de campo: notas de experiência de pesquisa em Territórios Negros”, de Ana Gualberto e Daniela Yabeta, ambas pesquisadoras e integrantes de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, você pode fazer essa viagem. Entender um pouco melhor o que significa dedicar sua vida, não somente para trazer reflexões, mas ouvir também como podemos nos somar ao coletivo, trabalhar com e para uma comunidade ou povo. Pois, o trabalho das duas traz essas duas facetas, a visão de duas intelectuais em processo de amadurecimento contínuo e ao mesmo tempo, a conversa próxima, ao pé do ouvido, sensibilizadora das estratégias e vidas de milhares de territórios negros espalhados pelo Rio de Janeiro e Bahia.

Nessas páginas também podemos verificar como a luta dessas comunidades está invisibilizada. Foi somente na Constituição Federal, chamada de Constituição Cidadã, de 1988, que se reconhece as comunidades quilombolas como portadoras do direito à propriedade da terra. Hoje são 175 territórios titulados onde vivem 265 comunidades, em 16 estados brasileiros. Isso corresponde a apenas 9% das comunidades quilombolas. Ana e Daniela também nos levam para conhecer esses meandros do mundo jurídico e como é uma disputa constante manter essas terras que são ameaçadas cotidianamente.

O racismo também é parte estruturante dessa invisibilidade. Para o país que aboliu a escravidão somente em 1888, mais de trezentos anos após a chegada do primeiro negro escravizado, ficaram ainda muitos preconceitos, discriminações e negação de direitos para seus descendentes. Nos relatos de Ana e Daniela se entende que muitas ações de resistência estão em curso, mas ao mesmo tempo as próprias autoras apontam o quanto ainda é desconhecido para o grande público essa luta.

Ana e Daniela também nos trazem a partir de seus relatos como o coletivo é importante. Em tempos em que nós que vivemos em apartamentos e casas cercadas de segurança e mal conhecemos nossos vizinhos de porta, o exemplo das comunidades quilombolas é

importante. Embora não estejam livres das contradições provocadas pelo patriarcado, que produz a violência contra as mulheres, é na solidariedade e no coletivo, na união em torno dos grupos de mulheres que se dá a resposta para continuar sobrevivendo e resistindo. É no coletivo, na solidariedade com Dona Dandinha, do quilombo Pitanga dos Palmares (BA), que conseguiu sua cadeira de rodas para melhorar sua qualidade de vida, que mostra-se a chave para superar os obstáculos. Atraso? Quem na verdade vive no atraso?

A ação de Ana e Daniela em eventos acadêmicos e junto aos movimentos sociais e quilombola também mostra como o espaço da educação é uma ferramenta para visibilizar a luta quilombola e mostrar o quão rico é seu universo. A Fundação Heinrich Böll, na qual sou coordenadora de programa, é parceira dos projetos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço há alguns anos por acreditar que fortalecer a democracia e os direitos humanos no Brasil depende de apoiar iniciativas de educação popular e articulação política.

Ana e Daniela também nos apontam outro caminho, o da construção de pontes entre mundos. Muitas lutas são travadas cotidianamente no Brasil, que vão desde aquelas voltadas para a promoção dos direitos das mulheres, dos negros e negras pela superação do racismo, da agricultura familiar em contraponto ao agronegócio, para ficar em três exemplos. Mas como podemos construir estratégias conjuntas pegando os exemplos exitosos de cada um, criando frentes que possam publicizar denúncias do que ocorre do nosso lado com essas comunidades? Para a Ana e Daniela é utilizar os espaços de diálogo onde quer que eles apareçam, não falando pelos, mas com os quilombolas, verdadeiros porta-vozes de sua luta contra as injustiças.

Agradeço a Ana Gualberto e Daniela Yabeta por nos guiar nessa jornada de conhecimentos sobre as comunidades quilombolas da Bahia e Rio de Janeiro.

Boa leitura!

Marilene de Paula

Coordenadora de Programas da Fundação Heinrich Böll

Outubro de 2020



INTRODUÇÃO

Temos um livro! Diante do resultado, é impossível não lembrar das duas jovens moradoras do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro – uma negra e outra branca – oriundas de escolas públicas municipais e estaduais, que se encontraram trabalhando em uma organização não governamental: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Em maio de 2005, nós cursávamos graduação em História: Ana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Daniela na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Compartilhamos há 15 anos a paixão pela cultura afro-brasileira, as lutas e as conquistas das comunidades remanescentes de quilombo, a devoção ao candomblé e a reverência a ancestralidade.

Em 2016, Daniela sugeriu que fizéssemos um blog. A ideia era criar um espaço para registrar nossas atividades, nossas reflexões. Assim, no mês de agosto daquele ano, nasceu o Caderno de Campo. O blog ficou no ar de 2016 até 2018. Dois anos depois, durante a pandemia da Covid-19, revisitamos os textos e organizamos essa publicação. Nosso objetivo é compartilhar nossas experiências, recuperar histórias, discutir diferentes pautas (ainda muito atuais!) e registrar nosso carinho e gratidão às pessoas que conhecemos no decorrer desse caminho.

Agradecemos a Fundação Henrich Böll, especialmente a Mariene de Paula e Manoela Vianna, por toparem de imediato transformar nosso material em livro. Muito obrigada! Sem o apoio, a confiança e o incentivo de vocês, tudo seria muito mais difícil.

Hoje Daniela mora em Porto Velho, é professora no Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e idealizadora do Núcleo de História Pública da Amazônia (Nuhpam). Ana permanece em Salvador, onde atua junto ao movimento de mulheres negras e de terreiro, além de coordenar as ações com comunidades negras tradicionais de KOINONIA. Apesar da distância, nosso compromisso com a pauta das comunidades negras tradicionais continua de pé. Seguimos trabalhando em outra plataforma, o Atlas do Observatório Quilombola, um portal de divulgação científica sobre os quilombos contemporâneos no Brasil. Portanto, nosso compromisso com a luta pela superação do racismo se desdobra em

diferentes frentes de atuação. O Caderno de Campo é fruto de parte desse trabalho!

Ana Gualberto e Daniela Yabeta

Dezembro de 2020



I – S.O.S Quilombo Sacopã

Daniela Yabeta

17 de agosto de 2016

É com grande honra que apresento aos leitores do Observatório Quilombola a coluna “Caderno de Campo”, escrita por mim e por Ana Gualberto.

Nosso objetivo aqui é dividir com vocês um pouco do nosso trabalho junto as comunidades remanescentes de quilombo. Atualmente atuamos basicamente nos estados do Rio de Janeiro e Bahia, mas de forma geral, nos preocupamos em acompanhar a discussão da temática no campo nacional e internacional.

A primeira página desse caderno será dedicada ao quilombo Sacopã. Localizado no bairro nobre da Lagoa, zona sul do Rio de Janeiro, foi o primeiro quilombo urbano no município certificado pela Fundação Cultural Palmares (2004). Em 17 de agosto de 2012, através da Lei 5503, foi declarado pela prefeitura como Área de Especial Interesse Cultural (AEIC) e, dois anos mais tarde (2014), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) entregou a Portaria de Reconhecimento do Território, último passo antes da titulação definitiva que até agora, não aconteceu.

De acordo com Luíza Aragon Ovalle, a presença da família Pinto na ladeira do Sacopã remonta a década de 1920, com a chegada de Manoel Pinto Júnior e sua mulher Eva Manoela da Cruz. O casal, proveniente de Minas Gerais, era descendente de ex-escravizados que viviam nas fazendas da região. Após a abolição da escravidão e o declínio de produção nas fazendas, a família começou a migrar em busca de oportunidades de trabalho. Depois de passarem um tempo em Nova Friburgo, mais precisamente no distrito de Amparo, chegaram ao Rio de Janeiro, onde Seu Manoel trabalhou durante muito tempo para Astréia de Mattos (irmã de Darke de Mattos), que morava na Fonte da Saudade. Na década de 1960, durante o governo de Carlos Lacerda (1960-1965), começou a ser implementada a política de remoção de favelas e a Lagoa passou a ser um local de grande interesse imobiliário. Dona Eva ajudava no orçamento da família

vendendo quentinhas para os operários que trabalhavam nas construções das proximidades. Em 1975, ameaçado pelas expulsões que rondavam a região, Seu Manoel impetrou uma ação de usucapião, reivindicando a posse do território que ocupava há quase 50 anos. Incentivados pelos filhos José Luiz Pinto Júnior e Maria Laudelina de Freitas, conhecidos respectivamente como Luiz Sacopã e Tia Neném, além de servirem comida, a partir da década de 1980 transformaram o local num ponto de encontro para rodas de samba. Diante da negativa do direito de propriedade individual do território e das constantes ameaças de expulsão, a Família Pinto tentou obter a titulação da área como remanescente de quilombo. A luta segue até hoje!

Essa trajetória de resistência chamou atenção do jovem cineasta (e meu irmão!) Diogo Yabeta, aluno do curso de graduação em Cinema na Universidade Estácio de Sá. No segundo semestre de 2015, no âmbito da disciplina Prática Documental, ministrada pelo professor Dermeval Netto, Diogo escolheu produzir um documentário sobre o quilombo Sacopã. Com relação ao motivo da escolha, ele declarou:

“A primeira vez que estive no quilombo do Sacopã foi em 2012, quando tive a oportunidade de filmar uma entrevista realizada com o quilombola Adriano Lima, da Ilha da Marambaia, na qual ele contava a sua atuação na luta pela titulação do território”. Depois, eu retornei em 2014, no momento em que o INCRA entregou a Portaria de Reconhecimento do Território Quilombola do Sacopã. Eu fiquei encantado com o lugar e busquei mais informações sobre a trajetória daquela comunidade. Temos quatro quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares no município do Rio de Janeiro e pouca gente conhece a história dessas comunidades e as lutas que enfrentam para continuarem vivendo no território que habitam há várias gerações. A ideia surgiu e eu procurei o Luiz Sacopã, que topou na hora”.

No mês passado, o documentário “Quilombo Sacopã” foi selecionado para a I Mostra Jovens Mov. Produzida pelos alunos do curso de Produção Cultural do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ – Campus Nilópolis), a mostra teve como principais objetivos divulgar a produção jovem e independente no estado do Rio de Janeiro e fomentar a discussão sobre temas do cenário atual de produção audiovisual independente. Uma excelente iniciativa que contou com o apoio do Centro Cultural da Justiça Federal para a realização do evento.

Quilombo do Sacopã foi exibido no dia 27 de julho e na plateia, Cláudio Freitas (filho de Dona Neném) e Luíz Sacopã foram prestigiar o evento. O júri popular escolheu seis documentários para a final, realizada no dia 28 de julho. Além do documentário de Diogo Yabeta, também foram para final os curtas: Meio-Fio, Pau de Selfie, Ti Bum! Já é? Dia de Cosme e Damião, e o grande vencedor foi BH no Ritmo da Luta.

Dez dias depois do festival, quando planejavamos uma exibição do documentário no quilombo Sacopã, recebi a seguinte notícia divulgada no [Blog Mamaterra](#): a Secretaria de Fazenda do Município penhorou o carro e os bens do quilombola Luiz Sacopã (73 anos) devido a supostas dívidas de trinta anos atrás. Por conta das Olimpíadas, o prefeito não pode receber as lideranças quilombolas, mas seu secretário prometeu se inteirar sobre o assunto. Enquanto isso, a Polícia Militar montou um posto móvel com soldados na entrada do quilombo.

No próximo dia 20 de agosto, a Rádio Mamaterra, o SOS Racismo Brasil e diversos grupos de direitos humanos estarão presentes no quilombo prestando solidariedade a comunidade. Que tal aproveitar e dar uma passada por lá também? O endereço é Ladeira do Sacopã, 250.

Para finalizar essa primeira página do caderno, preciso declarar que diferente do que muitos dizem por aí, não acredito que agosto seja o mês do desgosto. Para mim é o mês da revelação, da transformação, das renovações e de muita fé. Por isso, acho que nossa coluna começa com o pé direito!

Além de nós, que o grande orixá Omolu – senhor do mês de agosto, e todos os ancestrais quilombolas estejam presentes no próximo sábado na comunidade.

Luiz Sacopã, estamos com você!

Referências

Lei 5503/2012. Cria área de especial interesse cultural – AEIC do Quilombo Sacopã – Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

KONONIA. *Quilombo Sacopã é reconhecido após décadas de luta*. Disponível em: <https://koinonia.org.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

ARAGON OVALLE, Luiza. *Entre a casa e a política: uma etnografia das controvérsias na ladeira Sacopã*. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2013.

CEERT. *Prefeitura penhora bens do Quilombo do Sacopã: Mais um efeito colateral das olimpíadas contra negros e pobres da Cidade Maravilhosa*. Disponível em: <https://ceert.org.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

DIOGO YABETA. *Quilombo Sacopã*. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.



II – 1º de agosto: A Tocha Olímpica e a Vigília da Dignidade

Ana Gualberto

26 de agosto de 2016

No dia 1º de agosto o estado do Rio de Janeiro já transpirava olimpíadas por todos os poros. A respeito desse ponto, gostaria de compartilhar sobre dois eventos que ocorreram nesse dia: o trajeto da tocha olímpica no município de Armação dos Búzios e a Vigília da Dignidade, promovida por KOINONIA, outras organizações e movimentos sociais.

A tocha olímpica chegou ao Rio de Janeiro no dia 27 de julho, nessa data (01 de agosto) ela continuava seu trajeto até chegar ao Maracanã, no dia 05 de agosto. Durante sua passagem pelos municípios do estado, algumas comunidades quilombolas estavam (e oxalá continuarão!) no caminho percorrido.

No município de Armação dos Búzios, a comunidade quilombola da Rasa – certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2005 e que ainda hoje luta pela titulação de seu território, foi incluída no percurso de passagem da tocha olímpica. Como sempre, foram escolhidas pessoas para conduzir a tocha, fazendo revezamento. Pois bem, uma das escolhidas para esse nobre momento foi Eva Maria de Oliveira, conhecida por todos na região da Rasa como tia Eva, mãe de Dona Uia, um símbolo da resistência e luta do povo quilombola, uma mulher de 106 anos que continua firme e consciente, sendo pedra fundamental na luta de seus descendentes pelo direito de permanecer em seu território e na retoma das terras perdidas.

Pois bem, Tia Eva carregando a tocha é ótimo, não é? Então, o povo quilombola da região dos lagos se organizou para estar presente e dar visibilidade a sua existência e resistência durante o evento. Nas redes sociais, pude acompanhar que participaram da homenagem quilombolas das comunidades de Maria Joaquina (Cabo Frio), Maria Romana (Cabo Frio), Botafogo (Cabo Frio) e Baía Formosa (Armação de Búzios). No entanto, a festa não foi tão democrática assim.

Tia Eva não foi reverenciada como representante de uma comunidade quilombola. Uma comunidade que é parte da história do município de Búzios, da história do estado do Rio de Janeiro e tem uma trajetória importante no movimento quilombola. Ela não foi levada ao palco, não houve homenagem a sua resistência e sua origem. Foi referida no material divulgado como mais uma “mulher de mais de 100 anos que conduz a tocha”. Foi aí que uma questão me veio: Tia Eva é só isso? Por que silenciar quanto a sua identidade quilombola?

Paralelamente, ainda no dia 1º de agosto, na Praça da Cine-lândia – Centro do município Rio de Janeiro, aconteceu a Vigília da Dignidade. O evento fez parte da Jornada de Lutas, realizada durante o período das Olimpíadas e que contou com a participação de mais de 100 organizações do movimento social. Ao longo do dia, diversos movimentos, urbanos e rurais, comunidades tradicionais e grupos religiosos, puderam expor como estamos em constante negação da dignidade humana, mas também em como acreditamos que seja possível conviver e cuidar juntos de nossa casa comum.

A Vigília da Dignidade contou com a participação de mais de 40 quilombolas das comunidades de Maria Conga, Santa Rita do Bracuí – comunidade onde deixei meu umbigo enterrado, onde pesquisei e produzi minha monografia, parte de minha história pessoal; e Alto da Serra, comunidade que acompanho desde 2003, quando iniciaram seu processo de aproximação com o movimento quilombola. Durante o evento, pude reencontrar amigos e amigas quilombolas que eu não via há muito tempo. Entre eles, Seu Benedito de Alto da Serra. Reencontrei jovens que até ontem eram crianças e que hoje representam suas comunidades e reafirmam o compromisso e a esperança de um mundo digno.

Ivone Bernardo, presidenta da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Estado do Rio de Janeiro (AC-QUILERJ) – declarou que mesmo com todo o processo de perdas de direitos e de invisibilidade que as comunidades quilombolas são vítimas, a resistência e a esperança continuarão sustentando a luta quilombola, continuarão na articulação pela regularização de seus territórios e pela manutenção da vida coletiva.

No final do dia de Vigília, o recado foi dado e o jongo foi cantado pela comunidade do Bracuí reverenciando a ancestralidade. Enquanto isso, no quilombo da Rasa, Tia Eva estava lá, presente e resistindo.

Mesmo com toda a tentativa de apagar, esconder e negar os quilombos, os quilombolas continuam a resistir com suas raízes profundas, cada vez mais capazes de passar por tempos difíceis.

Pela dignidade, pelas comunidades quilombolas!

Referências

KOINONIA. *Sociedade civil promove Vigília da Dignidade em agosto, no Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://koinonia.org.br>. Acesso: 05 de dezembro de 2020.

Brasil de Fato. *Vigília defende a dignidade frente a mercantilização da vida*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso: 05 de dezembro de 2020.

Búzios com.br. *Búzios recebe a tocha Olímpica*. Disponível em: <http://www.buzios.com.br>. Acesso: 05 de dezembro de 2020.



III – Colhendo Esperança: Feira das Mulheres do Baixo Sul

Ana Gualberto

09 de setembro de 2016

Hoje trago para vocês um dia que me serviu para recuperar as forças e a esperança nas mudanças de nossa sociedade. Em meio ao ambiente de golpe e perdas, precisamos mais que nunca celebrar e compartilhar coisas boas.

No último dia 2 de setembro aconteceu a quinta edição da já tradicional “Feira Agroecológica das Mulheres Contra a Violência”, na cidade de Camamu (BA), com apoio de várias organizações e movimentos sociais. Esta feira surgiu da necessidade das mulheres negras quilombolas, agricultoras, pescadoras, marisqueiras e extrativistas em afirmar sua capacidade produtiva, conquistar espaço para realizar comercialização e defender suas bandeiras. A bandeira que foi abraçada por este coletivo desde seu início, foi e é algo que assola a nós todas, de forma direta ou indireta: a violência contra as mulheres.

Escrever sobre a experiência de mais uma edição desta feira me coloca em um momento de nostalgia e esperança, pois começamos com a participação das comunidades de Camamu, aproximadamente 80 pessoas, hoje, na quinta edição, tivemos aproximadamente 300 agricultoras e a circulação de mais de 500 pessoas. Então é falar de dentro deste movimento que junta mulheres dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil, sindicatos e demais grupose nos coloca como companheiras na construção das mudanças.

A feira de agroecológica de mulheres surgiu em 2012 com o objetivo de manter essas comunidades atentas à questão da desigualdade de gênero em suas diferentes expressões, criando, simultaneamente, oportunidades para que as mulheres – muitas vezes excluídas da partilha dos dividendos da pequena produção agrícola – pudessem comercializar bens que são fruto de seu trabalho. Em 2014, produzimos um vídeo chamado “Feira Agroecológica das Mulheres do Baixo Sul contra a Violência” e pode ser acessado no canal de KOI-NONIA no YouTube.

Infelizmente o problema da violência contra as mulheres na região do baixo sul da Bahia ainda está longe de ser superado. Para quem quiser saber mais sobre o tema, sugiro nosso outro vídeo intitulado “Narrativas sobre violência contra mulheres no Baixo Sul da BA”, também disponível no canal de KOINONIA do YouTube.

Embora as cidades da região do Baixo Sul da Bahia não estejam nos mapas de violência, no cotidiano das mulheres a violência ainda é muito presente. O distanciamento dos centros urbanos, a falta de atendimentos de qualidade tanto nas delegacias, como os aparelhos públicos de atendimento as mulheres, contribuem para que estes casos não sejam registrados e passem a alimentar os índices coletados em nosso país. Só exemplificando, no início deste ano tivemos uma companheira assassinada e violentada numa comunidade, além das constantes narrativas de violência física, patrimonial e principalmente psicológica.

Mas não estar sozinha ajuda e muito...

Temos durante estes anos criado espaços de diálogo, acolhimento e apoio entre as mulheres e essa feira, que já entrou para calendário da cidade, é o ápice da publicização do que temos feito. É na feira que cada comunidade traz além de sua produção, suas apresentações culturais, suas falas motivadoras, seus sonhos de autonomia econômica se mostram possíveis e palpáveis. A feira é muito mais do espaço de venda, é espaço de troca e de esperança.

Muito samba de roda, muitos sorrisos partilhados, muitos sonhos visitados e explicitados. Esse é o resumo de mais uma feira das mulheres. Aproveito para finalizar com o trecho de uma música cantada pelas mulheres da comunidade quilombola de Jetimana, localizado no município de Camamu (BA): “... acabou a brincadeira, as mulheres de hoje em dia já mandam é na casa inteira”

Referência

KOINONIA – V Feira Ecológica de mulheres do baixo sul da Bahia em Camamu – Disponível em: <https://koinonia.org.br>. Acesso: 05 de dezembro de 2020.



IV – UFF/UNEB – Relatos de experiência da prática docente

Daniela Yabeta

30 de setembro de 2016

Depois de três semanas de atraso, finalmente consegui voltar ao nosso Caderno de Campo. Durante esse período, dividi meu tempo basicamente em duas frentes de trabalho diferentes: o retorno às aulas na Universidade Federal Fluminense (UFF) e a realização de um seminário temático na Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Em ambos os espaços, discutimos sobre a luta pela garantia dos direitos quilombolas e políticas públicas de ações afirmativas. São essas experiências que hoje trago para vocês.

Com relação às aulas na UFF, é uma alegria muito grande dividir a disciplina “Dimensões da escravidão: modernidade, ilegalidade e apropriações contemporâneas” com o historiador (meu amigo e vizinho de Irajá) Thiago Campos. Eu conheci o Thiago há dez anos, quando eu cursava a graduação na UFRJ e ele na UFF. Nessa época descobrimos, cada qual no seu canto (ele na UFF e eu em KOINONIA), o universo mágico das comunidades remanescentes de quilombo do sul-fluminense. Foi através da experiência junto a esses grupos que embarcamos na viagem rumo ao século XIX. Eu voltei dessa viagem para o tempo presente, ele segue firme na jornada. Sua tese, “A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830 – c.1888), defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFF, foi premiada pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional e pela própria UFF como melhor tese de 2015. Vale a pena a leitura!

Nosso curso é dividido em duas partes. A primeira será ministrada pelo Thiago e consiste na análise da reestruturação da escravidão africana no Atlântico ao longo do século XIX. Na segunda, ministrada por mim, trataremos das apropriações contemporâneas desse processo através da luta pela titulação dos territórios remanescentes de quilombo. Para nossa surpresa, a turma lotou!

Entre as atividades extraclasse, estamos organizando o Seminário Tráfico Negro e Estado Nacional no Mundo Atlântico (STENA) – Edição Especial Mangaratiba, que ocorrerá no dia 20 de outubro na UFF. Para essa sessão do STENA contaremos com as apresentações de Fernanda Pinheiro e Raquel Terto: “Memória e legado material do tráfico de escravos e dos africanos no Rio de Janeiro – da chegada clandestina às apropriações contemporâneas do passado” e do próprio Thiago: “O comércio ilegal de africanos na montagem do complexo cafeeiro fluminense: o caso Breves”. Trata-se de um evento aberto, além dos nossos alunos inscritos, quem estiver interessado é só chegar. Estão todos convidados.

O seminário na UNEB foi fruto de mais uma parceria minha com a grande historiadora (e minha amiga!) Ana Gualberto. Por aqui, Ana dispensa apresentações, pois é ela quem assina as páginas desse caderno comigo. Começamos a trabalhar juntas em 2005, quando estávamos na graduação (Ana foi aluna da UERJ de São Gonçalo) e desde então, ela tem sido uma grande inspiração para mim. Principalmente no que se refere a militância junto às comunidades remanescentes de quilombo.

Viajamos para a cidade de Cipó, localizada no sertão da Bahia, no dia 16 de setembro e ficamos por lá até o dia 20. O município é conhecido por conta de suas águas termais. A busca por tratamentos na estância hidromineral de Cipó impulsionou o turismo e promoveu a emancipação do município na década de 1930. O Grande Hotel, inaugurado por Getúlio Vargas em 1952 (hoje desativado), é o retrato vivo dos tempos áureos desse pequeno oásis baiano.

No entanto, não foram as águas termais de Cipó que nos levaram até lá. Eu e Ana realizamos o seminário temático “Quilombos contemporâneos: debates sobre a inclusão da temática no currículo escolar” para professoras da educação básica que atualmente cursam Pedagogia pela Plataforma Freire no campus da UNEB, localizado na cidade. Uma experiência espetacular!

Durante três dias discutimos sobre diáspora africana, relações étnico-raciais e educação quilombola. No município de Cipó existem atualmente três comunidades remanescentes de quilombo certificadas pela Fundação Cultural Palmares desde 2005: Várzea Grande, Caboge e Rua do Jorro. Debates em torno da aplicação da Lei 10.639 (que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar

Quilombola na Educação Básica, tornaram-se ainda mais urgentes para essas professoras.

Um dos melhores momentos do seminário foi nossa visita ao quilombo do Caboge. Ao chegarmos na comunidade, conhecemos o bar da Marlene (presidenta das três associações quilombolas), nos divertimos com a cascata construída por ela e tivemos o privilégio de conversar com Dona Helena, sua mãe. Ela nos contou sobre os tempos glamorosos do turismo na cidade, quando caminhava mais de três quilômetros – do sítio onde morava até o centro de Cipó – para participar das festas que ocorriam no cassino e nos salões do Grande Hotel. Contou também sobre a dura infância no campo, muito trabalho e pouca chance de frequentar a escola.

Sobre as atividades realizadas durante o seminário, as professoras organizaram pequenas peças teatrais nas quais encenaram situações de racismo que as crianças quilombolas vivem no cotidiano escolar. Após relatarem suas experiências, pensamos no desafio de mudar essa realidade dentro da sala de aula. Diante da provocação, as professoras produziram planos de aula para serem trabalhados na Educação Básica onde discutem, entre outros temas, a valorização da cultura quilombola e a contribuição dessas comunidades para o desenvolvimento do município de Cipó.

Trabalhar com Ana e Thiago é um tremendo presente. O tempo passou, mas o prazer pela pesquisa e o gosto pela prática docente só fez aumentar nesses dois. Em tempos difíceis, ter a oportunidade de dividir com eles esses momentos funcionou como uma injeção de ânimo para mim.

Que venham mais experiências como essas!

Referências

CAMPOS, Thiago. *A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado* (Rio de Janeiro, c. 1830-c. 1888). 2015. Tese de doutorado em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

ALISSON, Lauro. *Grande Hotel do sertão baiano*. Blog Cipó Termal. Disponível em: <http://cipotermal.blogspot.com>. Acesso 06 de dezembro de 2020.



V – Quilombolas do Baixo-Sul na 14ª Feira Cultural e Saúde

Ana Gualberto

07 de outubro de 2016

Como a base da motivação desta coluna são nossas experiências cotidianas junto às comunidades quilombolas com as quais dialogamos, trago para vocês algumas observações sobre o intercâmbio realizado nos dias 23 e 24 de setembro entre quilombolas e condomblecistas na 14ª Feira Cultural e de Saúde.

Na região do baixo-sul da Bahia, o projeto “Comércio com Identidade” – uma parceria de KOINONIA com o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop), financiada pela Secretaria do Trabalho Emprego, Renda e Esporte da Bahia – atende três comunidades quilombolas localizadas no município de Camamu: Dandara dos Palmares, Quilombo do Barroso e Quilombo Jatimana/Boa Vista.

Este projeto, além de apoiar a ampliação de redes femininas e mistas de economia solidária e comércio justo, busca garantir os direitos dessas mulheres que vêm enfrentando situações graves de violência, complicadas pela baixa efetividade local das políticas públicas de redução das desigualdades de gênero. A distância das instituições públicas que fazem parte da rede de atendimento às mulheres em situação de violência é um dos principais problemas. O investimento principal do projeto é no amplo reconhecimento da identidade quilombola e das desigualdades entre homens e mulheres, com um duplo objetivo: consolidar o sentido dessas redes femininas locais como meio de tornar o comércio mais justo, aumentar a presença feminina; e estimular a participação política delas a partir do debate de suas especificidades identitárias e demandas políticas (como, por exemplo, poder contar com a rede de atendimento mesmo em áreas rurais afastadas).

Em Salvador, o Ilê Axé Iyá Nasso Oká, Terreiro da Casa Branca – como é mais conhecido –, é o primeiro monumento negro tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Iphan – 1986). Segundo a tradição oral, os primeiros axés do candomblé ketu-nagô teriam sido plantados, no início do século XIX, na Ladeira do Berquió, próxima da Igreja da Barroquinha, centro de Salvador. Na segunda metade do século XIX, o terreiro se transferiu para o Engenho Velho da Federação, então subúrbio da cidade, onde hoje se encontra. Esta casa tem suas ações sociais realizadas por sua associação civil e pelo Espaço Cultural Vovó Conceição, que tem com finalidade apoiar iniciativas culturais de resgate e fortalecimento da cultura negra, voltada aos costumes e religiosos tradicionais do Candomblé. Dessa junção nasceu a Feira de Saúde, que se tornou Feira Cultural e de Saúde, e que em 2016 chega a 14ª edição. Esta ação oferece serviços de saúde e cultura diversa, sendo realizada na Praça de Oxum, dentro do espaço do terreiro.

Organizar e promover espaços de intercâmbio está na nossa concepção de educação popular e processos formativos de desconstrução de preconceitos e estereótipos, bem como na prática de estreitar laços entre movimentos e grupos sociais distintos. Neste sentido, nos propomos a mais uma vez criar estes laços, tendo como pano de fundo principal a produção das comunidades quilombolas e de terreiros.

Sair de uma comunidade que fica a mais de 20 quilômetros do centro do município de Camamu e se deslocar para Salvador, que são mais ou menos 6 horas de viagem, já é por si só uma aventura. Adicione a isso ir participar de uma feira que está na sua décima quarta edição! Bom, essa foi a experiência vivenciada pelas 16 mulheres quilombolas das comunidades de Barroso e Dandara que participaram da Feira de Cultural e de Saúde no Terreiro da Casa Branca.

Mesmo sendo parte das práticas do trabalho de KOINONIA o diálogo sobre combate aos preconceitos discriminatórios e a intolerância, estar no espaço sagrado de outra religiosidade é desafiador, e foi assim que desceram da van, com toda a sua produção da agricultura familiar, de geleias, dendê, pimentas, licores e outros produtos beneficiados e com os olhos bem abertos para captar o máximo desta experiência.

A recepção calorosa de Equede Sinhá foi fundamental para o acolhimento e a constatação de que os elementos que nos unem são muito maiores do que os que nos separam: estávamos diante de uma ação construída por uma comunidade religiosa que promove direitos e diálogo, além de cultura. E essa experiência é muito semelhante

com o que estas mulheres vêm construindo na Feira Agroecológica das Mulheres Contra a Violência (já relatada aqui no Caderno de Campo.

Conhecer os espaços com os passos guiados pelo Ogã de Oxossi e Diretor Executivo de KOINONIA Rafael soares de Oliveira, foi outro momento que marcou a experiência vivenciada, conhecer para solidificar o respeito e destruir os preconceitos

A comercialização e os diálogos ocorreram durante todo o dia, com intervalos para apresentações culturais, mesas de debate, abraços, sorrisos, acarajé e caruru.

As falas na saída reafirmaram que estamos no caminho certo. Da comunidade quilombola do Barroso, Ana Carine declarou: “*Nossa, eu amei! Aqui é lindo e fui muito bem tratada*”. Enquanto Maria fez questão de registrar a importância de levar a família da Casa Branca para conhecer o quilombo: “*Mas tem que levar eles lá!*”. Da comunidade de Dandara dos Palmares, Augusta disse: “*Vou guardar para sempre este dia*”.

Mesmo com todos os golpes oriundos da política, seguimos na construção de pontes e na junção das lutas por uma sociedade mais justa e que acolha a todos com suas especificidades. Continuamos na luta!

Referência

ESPAÇO CULTURAL VOVÓ CONCEIÇÃO. *Terreiro da Casa Branca realiza a 14ª Feira de Saúde*. Disponível em: <http://aevovoconceicao.blogspot.com>. Acesso: 05 de dezembro de 2020.



VI – Búzios (RJ) – 4º Evento Cultural Quilombola do QUIPEA

Daniela Yabeta

11 de novembro de 2016

No dia 22 de outubro viajei até a cidade de Armação de Búzios para participar, a convite de Marta da Costa, do quilombo da Rasa, do 4º Evento Cultural Quilombola do QUIPEA (Quilombos no Projeto de Educação Ambiental) cujo tema foi “Território Quilombola: Urbanização e Resistência”. O encontro ocorreu no Cine Teatro Rasa.

O QUIPEA é uma condicionante do licenciamento ambiental federal concedido a Shell e conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Estas atividades são realizadas no Parque das Conchas (ES) e Bijupirá/Salema (RJ), ambas localizadas na região da Bacia de Campos. De acordo com a coordenadora de campo, Maria Rejane Oliveira – a Jane, do quilombo de Maria Joaquina (Cabo Frio), o QUIPEA atualmente trabalha com 21 comunidades quilombolas presentes em oito municípios da região. Seu objetivo principal é o fortalecimento da organização social para que as comunidades quilombolas participem ativamente da gestão ambiental do território onde vivem. Iniciado em 2010, o QUIPEA é composto por uma comissão de dois representantes quilombolas de cada comunidade. São eles quem pautam o trabalho realizado. Jane destacou o intercâmbio entre as comunidades que participam do projeto, o resgate da cultura e a luta por políticas públicas: “*Através do projeto entendemos as políticas que existem para quilombolas*”.

Na ocasião foram realizadas duas mesas. A primeira contou com a participação de Sueli Ortega (Shell), Maria Rejane Oliveira (coordenadora de campo QUIPEA), Ivone Mattos Bernardo (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Rio de Janeiro – AQUILERJ), Luciane Barbosa (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC), Humberto Alves da Silva (Secretário de Desenvolvimento Urbano de Búzios), Leonardo Porto (Secretário

de Desenvolvimento Social de Búzios), Kátia Santos Penha (Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas ES), Marta da Costa (Comissão Articuladora do QUIPEA), Leonardo Oliveira Costa (presidente da Associação Quilombola da Rasa) e Carivaldina Oliveira da Costa, a Dona Uia, grande liderança quilombola da Rasa.

O IBAMA não compareceu, mas enviou uma carta justificando a ausência no evento. No documento, destacaram que os Projetos de Educação Ambiental “*buscam trazer para o processo decisório grupos sociais que sempre estiveram afastados*” e, não raro, são os mais afetados pelos processos de licenciamento ambiental. Ressaltaram a importância das metodologias participativas onde, a partir de uma determinada “*situação socioambiental vivida*”, torna-se possível “*construir coletivamente agendas de prioridades, mitigações e projetos compensatórios*”. Afirmaram que desde 2005 a Coordenação-Geral de Petróleo e Gás (CGPEG) vem aprimorando suas normativas e diretrizes e, dentro desse contexto, consideram o QUIPEA um exemplo positivo. Declararam que infelizmente, nos últimos tempos, essa conjuntura favorável está sofrendo resistências. Os recursos orçamentais estão sendo limitados, há falta de disposição em aceitar alternativas que viabilize as atividades consideradas primordiais nos Projetos de Educação Ambiental e os “*impactos dos empreendimentos de petróleo e gás offshore sobre as populações passaram a ser incompreendidos ou exageradamente minimizados*”.

De modo geral, todas as falas quilombolas destacaram que o atual cenário político do país não é nada favorável às questões envolvendo políticas públicas para remanescentes de quilombo. Com relação ao estado do Rio de Janeiro, Ivone Bernardo falou sobre o anúncio do governo do estado de extinguir a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), responsável pelo Cadastro Único que beneficia, entre outros grupos, os remanescentes de quilombo. Ivone pediu maior participação dos quilombolas nas audiências públicas e destacou: “*Não pode haver retrocesso nas políticas públicas*”.

A segunda mesa foi composta por Humberto Alves da Silva (secretário de Desenvolvimento Urbano de Búzios) e por Miguel Cardoso (antropólogo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA). Ainda sobre a conjuntura nacional, Miguel falou sobre o impeachment da presidenta Dilma Rousseff – que ocorreu sem que fosse comprovado o crime de responsabilidade cometido, destacou

que a política do atual governo defende o Estado mínimo, não privilegia questões sociais e chamou a atenção para o interesse das multinacionais no aquífero Guarani, no petróleo e no pré-sal brasileiro. Diferente do antropólogo, o secretário de Desenvolvimento Urbano de Búzios fez uma fala voltada mais para as questões do município. Destacou o crescimento do bairro da Rasa nos últimos dez anos e destacou o “*embargo realizado pela prefeitura nas obras de construção de um luxuoso condomínio no Mangue de Pedra*”, um dos três existentes no mundo e fonte de subsistência dos quilombolas da Rasa.

O Quilombo da Rasa é formado por descendentes de escravos da antiga fazenda Campos Novos, propriedade da Companhia de Jesus, que remonta ao século XVII. Com a expulsão da Companhia de Jesus, a fazenda Campos Novos foi confiscada pelo governo português e passou a se chamar fazenda D’El Rey. No século XIX, após a independência do Brasil, a fazenda deixou de pertencer ao patrimônio público e passou por sucessivos arrendamentos, onde apareceram vários supostos proprietários. A região tornou-se um importante complexo agrícola que incluía outras fazendas como: Caveira, em São Pedro da Aldeia, Botafogo e Preto Forro, em Cabo Frio, e Rasa, em Búzios. Com a proibição do tráfico de africanos para o Brasil (1831), desembarques ilegais de escravos eram comuns na região de Búzios, mais precisamente nas localidades conhecidas como Barra do Una, Rasa e José Gonçalves. De lá os escravos eram levados até a fazenda Campos Novos através de caminhos internos que ainda são utilizados pelos moradores. A comunidade da Rasa foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2005 como remanescente de quilombo, mas o processo de titulação do território continua em trâmite no INCRA.

Considerada como área urbana do município de Búzios, para Miguel Cardoso, a discussão em torno do território a ser titulado transforma o caso da Rasa num dos mais difíceis do estado do Rio de Janeiro. Entretanto, apesar de todos os entraves, o antropólogo acredita que o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTID) seja publicado ainda esse ano. Vamos aguardar!

Leonardo Costa, filho de Dona Uia e atual presidente da Associação Quilombola da Rasa, relembrou o percurso de mais de 18 anos de luta pela garantia do território. Sobre a relação do quilombo com o poder público local, ele declarou: “*Espero que com esse evento as políticas públicas no município comecem a valer, assim como a relação comunidade/município*”.

No dia seguinte o evento continuou com a apresentação de vários grupos culturais quilombolas. Infelizmente eu não pude participar, mas tenho certeza que foi um sucesso.

Para finalizar, vale lembrar que desde maio de 2016, quando Michel Temer assumiu como presidente interino após afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff, a política para titulação de territórios remanescentes de quilombo tem passado por sucessivas alterações. A última delas ocorreu no dia 29 de setembro através da publicação do Decreto 8.865, que transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Logo em seguida, em 05 de outubro, a base do governo aprovou o projeto que acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras ser sócia e operadora única do pré-sal, o que ampliará a participação privada na exploração dos campos. Dias antes (27 de setembro), de acordo com Filipe Matoso do portal G1-Brasília, “o presidente da Shell, Bem Van Beurden (*Chief Executive Officer – CEO*), reuniu-se com Michel Temer e afirmou que o Brasil é um dos principais países de interesse para a petroleira investir e ter parceria com a Petrobras”. Diante de tantas mudanças, dá para entender melhor o clima de incerteza que pairou sobre o encontro.

Apesar dos pesares, parabéns aos quilombolas da Rasa pela organização do evento!

Referências

SHELL. *Quilombos no Projeto de Educação Ambiental (QUIPEA)*.

Disponível em: <https://www.shell.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

G1 Norte Fluminense. *Comunidade de Quissamã participa de encontro quilombola em Búzios*. Disponível em: <http://g1.globo.com>.

Acesso: 06 de dezembro de 2020.

Blogão dos Lagos. *Búzios: Prefeitura suspende licença para construção de condomínio no Mangue de Pedra*. Disponível em: <http://blogaodoslagos.blogspot.com>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

ACCIOLI, Nilma Teixeira. *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio*. 2012.

G1 Economia. *CEO da Shell se reúne com Temer e diz que Brasil é “seguro” para investir*. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.



VII – #ocupatudo e os quilombos contemporâneos

Daniela Yabeta

26 de novembro de 2016

No mês de novembro eu tive a oportunidade de discutir sobre titulação de territórios remanescentes de quilombo em duas ocasiões bem bacanas. A primeira delas (12/11) ocorreu na KIZOMBA – Feira de Africanidades do Colégio Pedro II. A segunda (17/11) foi no Ocupa ICHF-UFF. Exatamente por isso, não poderia encerrar o mês, justamente quando celebramos o Dia da Consciência Negra (20/11), sem mencionar essas experiências tão enriquecedoras aqui no nosso Caderno de Campo.

Toda vez que eu ouço a palavra kizomba eu me remeto ao ano de 1988, quando comemoramos o centenário da abolição e a promulgação da nossa constituição federal. Nesse mesmo ano, a Unidos de Vila Isabel foi campeã do carnaval carioca com o samba-enredo “Kizomba, festa da raça”, de Rodolpho de Souza, Jonas e Luiz Carlos da Vila. Desde então, o samba tornou-se um clássico e uma fonte de inspiração constante.

De origem banto, a palavra kizomba significa “festa/festejo” e foi esse o espírito da Feira de Africanidades do Colégio Pedro II – Campus Realengo II. Ao longo do dia, ocorreram várias atividades orientadas por diferentes grupos com o objetivo de reconhecer e fortalecer a herança africana e os valores da cultura afro-brasileira. De acordo com a equipe multidisciplinar de professores responsáveis pela organização do evento, a ideia é envolver toda a comunidade escolar no cumprimento da Lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira na educação básica. Na ocasião, participei da mesa sobre “Movimentos Negros no Brasil” e tive o privilégio de conhecer o jornalista Carlos Alberto Medeiros, um dos maiores especialistas brasileiro em ações afirmativas e importante militante do movimento negro desde a década de 1970.

Na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atualmente faço estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em

História, os estudantes do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) decidiram em assembleia (01/11) pela ocupação do espaço em protesto contra: 1) o governo de Michel Temer; 2) a Proposta da Emenda Constitucional nº 55 (PEC 55/241); 3) a Medida Provisória 746; 4) a reforma da Previdência Social; 5) o Projeto de Lei 867/2015 que inclui o Programa Escola Sem Partido.

A ocupação ocorre através da auto-organização dos estudantes que compartilham tarefas estruturais, de limpeza, segurança, alimentação, organização de debates, aulas públicas, oficinas etc. Ao lado dos professores Mário Jorge (História), André Dumans (Sociologia) e Deborah Bronz (Antropologia), participei da atividade interdisciplinar intitulada “Lutas camponesas, indígenas e quilombolas”.

Hoje no Brasil, mais de mil escolas e mais de cem universidades estão ocupadas protestando pelos mesmos motivos listados pelo pessoal do Ocupa ICHF-UFF. O Colégio Pedro II é uma dessas escolas.

Em ambos os encontros, durante as conversas com os alunos e professores, falamos sobre a Constituição Federal de 1988, quando através do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), foi estabelecido o direito das comunidades remanescentes de quilombo à titulação de seus territórios. Lembramos do 20 de novembro de 2003, quando foi promulgado o Decreto 4887 pelo então presidente Lula, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombo. Destacamos que o título do território não é emitido em nome das pessoas que compõem o grupo, mas sim em nome da associação que representa a comunidade. Chamamos atenção para a diferença do número de comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, do número de territórios titulados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da quantidade de processos que acabam no judiciário através de ações possessórias impetradas de forma individual ou coletiva contra os quilombolas.

Falamos também sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3239) e sobre a PEC 161/2007. A ADI foi proposta em 2004 pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM) e questiona a constitucionalidade do Decreto 4887. O julgamento no Superior Tribunal Federal teve início em 2012. Na ocasião, o ministro relator Cezar Peluso votou pela procedência da ADI, ou

seja, considerou o referido decreto inconstitucional. Por conta do pedido de vista da ministra Rosa Weber, o julgamento foi suspenso e só retornou em 2015. Diferente de Peluso, Weber votou pela improcedência da ação e defendeu a constitucionalidade do Decreto 4887. No entanto, o julgamento foi suspenso mais uma vez devido a um novo pedido de vista do processo feito pelo ministro Dias Tófoli. Quanto a PEC 161/2007, de autoria do Deputado Federal Celso Maldaner, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-SC), trata-se de uma tentativa de modificar a redação do Artigo 68 (ADCT – CF/88). A proposta é que a titulação dos territórios quilombolas passe a ser uma atribuição do Poder Legislativo, não mais do Poder Executivo. Mais uma manobra para dificultar (ainda mais!) o direito assegurado às comunidades quilombolas diante de uma bancada ruralista forte no Congresso Nacional.

Para finalizar, falamos sobre a situação de incerteza vivida pelas comunidades quilombolas durante o atual governo de Michel Temer. Desde que assumiu como presidente interino em 12 de maio, após o afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff, Temer tem promovido um verdadeiro retrocesso no que se refere à política de titulação quilombola. Através da Medida Provisória 726, que dispõe sobre a organização da presidência da República e dos ministérios, o Ministério da Educação e Cultura passou a ser o órgão responsável pela garantia do território quilombola.

A notícia causou grande impacto no movimento quilombola que não admitiu voltar com uma política que foi utilizada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando o Decreto 3912 de 2001 delegava à Fundação Cultural Palmares a competência para iniciar, dar prosseguimento e concluir o processo administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras ocupadas por remanescentes de quilombo. E o pior, Mendonça Filho, do Democratas, foi nomeado ministro da Educação e Cultura, o mesmo partido que ajuizou a ADI 3239 contra o Decreto 4887 em 2004.

A repercussão foi tão negativa que em 19 de maio a MP 726 foi retificada mantendo a titulação das terras quilombolas com o INCRA que, diante da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), passou a ser atribuição do recém-criado Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Mas as mudanças não pararam por aí. Em 27 de maio, através do Decreto nº 8780, o INCRA deixou de ser atribuição do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e passou a ser uma atribuição da Casa Civil. Meses depois, em 29 de setembro, o Decreto nº 8865, transferiu a estrutura do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. O INCRA então, passou a ser vinculado a essa nova secretaria que, por sua vez, está subordinada também a Casa Civil. Tudo isso ocorreu em menos de seis meses de (des)governo.

A experiência de discutir sobre quilombos contemporâneos em ocupações me fez pensar sobre suas similaridades. Percebi então, que são movimentos que buscam a garantia do território. Para os quilombolas, o território não é apenas aquele espaço ocupado de forma individual, ele corresponde a uma área comum e leva em conta a possibilidade de garantia de sobrevivência do grupo. Para os estudantes, a aprovação da PEC 55/241, que pretende congelar os investimentos nas áreas sociais por vinte anos, representa um verdadeiro desmonte dos serviços públicos. Uma das sérias ameaças é o fim da universidade pública. Portanto, em última instância, os estudantes também lutam para garantirem o território que ocupam. Sendo assim, percebemos mais uma vez, diferentes formas de aquilombamento, suas estratégias e seus contextos específicos.

Referências

- COLÉGIO PEDRO II. *Kizomba leva oficinas, debates e palestras a Realengo*. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.
- FERREIRA, Rômulo Abreu. *Ocupa ICHÉ, Ocupa Tudo: Uma breve reflexão sobre a ocupação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF e a crise política*. Monografia. Licenciatura em Ciências Sociais. UFF, Niterói: 2017.



VIII – A Marambaia do filme “Onde a terra acaba” (1931)

Daniela Yabeta

06 de dezembro de 2016

Aqui em casa, toda sexta-feira é dia de cinema. Hoje, resolvi trazer esse espírito cinematográfico para o Caderno de Campo e escrever um pouco sobre o período em que a Ilha da Marambaia – local que hoje abriga uma comunidade remanescente de quilombo, foi cenário da obra do grande cineasta Mário Peixoto (1908-1992) Trata-se do filme “Onde a terra acaba”, que por ironia do destino, nunca foi finalizado. Porém, antes de falarmos sobre as filmagens de “Onde a terra acaba”, vale a pena conhecermos outra obra de Mário Peixoto, o filme “Limite”.

Em 2007, durante a 60ª Edição do Festival de Cannes, o filme brasileiro “Limite” de 1931, do cineasta Mário Peixoto, foi escolhido para ser exibido em duas seções. Primeiro na seção *Cannes Classics*, depois na inauguração da *World Cinema Foundation*, criada pelo diretor americano Martin Scorsese com o objetivo de arrecadar fundos para a exibição de filmes antigos. Apesar de pouco conhecido no Brasil, “Limite” é considerado um dos principais filmes da história do cinema brasileiro.

Tudo bem, mas o que tem isso a ver com a Marambaia? – você deve estar se perguntando. Bem, o festival de Cannes não tem nada a ver, pelo menos por enquanto, mas Mário Peixoto sim.

Nascido em 25 de março de 1908, Mário Peixoto era filho de João Cornélio Rodrigues Peixoto e de Carmen de Souza Breves. Seus avós maternos eram Joaquim José de Souza Breves Filho e Justina Bello de Souza Breves. Portanto, o nosso comendador da Marambaia, Joaquim José de Souza Breves, era bisavô do cineasta.

Saulo Pereira de Mello, um dos responsáveis pela restauração do filme exibido em *Cannes*, escreveu “Breve esboço de uma cine-

biografia de Mário Peixoto”, onde encontrei preciosas informações sobre a trajetória do cineasta. Quanto ao clássico “Limite”, consta que foi filmado em Mangaratiba, entre maio de 1930 e janeiro de 1931. A equipe era composta por Olga Breno, Raul Schnoor, Iolanda Bernardes (que depois adotou o nome artístico de Taciana Rey), Brutus Pedreira, Edgar Brasil, entre outros. Todos ficaram hospedados na fazenda Santa Justina, propriedade de Vítor Breves, tio de Mário e prefeito da cidade. O poder da família Breves ainda continuava firme e forte na região. Cabe destacar aqui que esse ano (2016), a fazenda Santa Justina e a fazenda Santa Isabel foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo.

Em 1931, durante a montagem do filme “Limite”, Mário Peixoto conheceu a atriz, produtora, diretora e roteirista Carmen Santos. Nas palavras dele: “a mais linda e mais prestigiosa figura do nosso cinema”. Quem os apresentou foi Edgar Brasil, que na época, estava utilizando o laboratório localizado nos fundos da casa de Carmem para selecionar o material da montagem do filme. Impressionada com as imagens, Carmen encomendou a Mário um roteiro para sua próxima produção, em troca, ele poderia terminar o trabalho em seu laboratório sem pagar nada. Negócio fechado! O resultado dessa parceria foi que antes mesmo do “Limite” ser exibido, Mário já anunciava que Carmen Santos seria a estrela e produtora de seu próximo filme chamado “Onde a terra acaba”.

O local escolhido por Mário para as filmagens de “Onde a terra acaba” foi a praia do Sino, na Marambaia, local que no século XIX, pertenceu ao seu bisavô, o comendador Joaquim Breves (1804-1889) e que era utilizado como porto de desembarque clandestino de africanos escravizados. O roteiro do filme conta a história de uma escritora, interpretada por Carmen Santos, que foge para uma ilha em busca de inspiração para seu novo romance. Sua decisão mexe com a vida de dois homens, o ex-marido e o novo amante, interpretados respectivamente por Brutus Pedreira e Raul Schnoor. A direção de fotografia foi confiada mais uma vez a Edgar Brasil.

Considerado um projeto caríssimo e inovador, a produção foi toda financiada por Carmen Santos. Ela apostava que o filme a consagraria de vez como a maior estrela de todos os tempos! Para isso, investiu pesado na divulgação da produção e das filmagens. A coluna “Cinelândia” do periódico *A Batalha*, a coluna “Cinematografia” do

periódico *A Noite*, o jornal *O Globo* e a revista *A Scena Muda*, estavam entre os que publicavam notícias sobre a equipe na ilha.

No geral, descreviam a Marambaia de duas formas. Ora como um “recanto bucólico e romântico do nosso litoral” ideal para “um filme que se destina a um sucesso louco”, ora como um local de “praias ermas” e “florestas sombrias”, que só valia a pena encarar pela “glória do cinema brasileiro”. A chamada “caravana de Carmen Santos e Mário Peixoto” partiu levando “vinte pessoas, grande quantidade de material para construção de casas e o necessário para a filmagem”. A ideia era que o grupo ficasse na ilha até dezembro daquele mesmo ano. As casas tinham o objetivo de “suavizarem o desconforto da ilha abandonada”. Entretanto, apesar da construção de uma verdadeira cidade para desenvolver a ação do filme, o que mais impressionava era um “laboratório em pleno funcionamento, em pleno coração da floresta”. Quem hoje visita a ilha, sabe das restrições e da dificuldade de chegar até a praia do Sino. Fico imaginando como foi montar uma cidade cinematográfica em 1931. Não havia a menor dúvida de que “Onde a terra acaba” seria o “filme que há de ser o orgulho do Brasil”. Pela primeira vez uma produção nacional utilizava aparelhos captadores de som. A ideia era “um filme de imagens e sons sincronizados, com uma musicção própria e original de Brutus Pedreira”, compositor que também atuava como um dos atores do filme. O título da produção também inspirava muitos comentários, “faz a gente meditar”, diziam. Os jornalistas que visitaram as instalações comentavam que “só mesmo vendo o que é a Marambaia com seus vastíssimos lençóis de areia, seu mar em agitação brutal e constante” e “sua floresta brava”, poderiam entender que “o pior de tudo” era o “seu isolamento que dá a impressão de ser mesmo ali o lugar onde a terra acaba”.

Os atores Raul Schnoor e Brutus Pedreira declaravam que na ilha “a vida é tranquila e completa no seu primitivismo”. A estrela Carmen Santos, quando vinha ao “Rio descansar das fadigas e do abandono” em que vivia “no seu estúdio improvisado na Ilha da Marambaia”, concedia várias entrevistas sobre sua vida longe da civilização.

Descrita como uma mulher “vibrátil e emotiva”, “formosa e inteligente”, Carmen Santos falou de seu filme “com a vivacidade e o orgulho de quem confia na vitória”. Considerava Mário Peixoto “a maior revelação brasileira do cinema”. Sobre a Marambaia, declarou que “cada canto da ilha deserta é um hino erguido à beleza”. Quanto

às instalações que construíram na localidade, “nas proximidades da praia do Sino”, tratava-se realmente de “uma cidade em miniatura”. Para conseguirem erguê-la, contaram com “um pequeno exército de operários, nas suas respectivas especialidades”. Para facilitar os trabalhos, levaram prontas as casas de madeira. O laboratório ficava um pouco distante das moradias. Para a captação de água foram utilizados “bambus enroscados uns nos outros desde as alturas das nascentes até os seus respectivos destinos: a cozinha e o laboratório”. Carmen contou que os macacos, “os legítimos donos da ilha”, deram bastante trabalho ao “tratarem de remover e destruir os bambus”. Sobre a alimentação do grupo, a atriz explicou que apesar da ilha apresentar solo fértil, não havia quase nenhuma fruta para colher e até mesmo o peixe era escasso. Para ajudar na alimentação, o iate particular de Carmen foi colocado à disposição das filmagens, viajava até Mangaratiba duas vezes por semana e comprova mantimentos para a equipe.

No final de sua entrevista, Carmen Santos finalmente falou sobre a população que habitava a ilha. A estrela estava instalada na praia do Sino, atualmente, ninguém mais mora nessa praia, mas na época em que Carmem esteve por lá, ela contou “cerca de quarenta pessoas” vivendo na praia.

Carmen descreveu os pescadores como “gente ingênua e boa”. Dizia ter se afeiçoado às famílias e declarou que “chegou a ensiná-los a ler”. Comprou livros e um quadro negro para “explicar a um grupo de crianças os segredos do ABC e dos algarítimos”. Para as mulheres, ensinou a costura: “Ah! Como me surpreendeu a inteligência daquela gente. Aprendem tudo com facilidade e mostram empenho em saber. Procuram-me, insistem pelas lições”, declarou a atriz. Se realmente o empenho de Carmen era verdadeiro ou se era mais uma jogada de marketing em torno de seu filme, não saberemos, pois entre os atuais moradores da Marambaia, ninguém mais lembra do tempo em que a ilha foi a nossa Hollywood. “Coitadinhos! Tão bons e prestativos! E vivem no entanto ali, quase nus”, afirmou Carmen durante a entrevista.

Na revista *A Scena Muda* de janeiro de 1932, encontrei a seguinte matéria: “Carmen Santos e o Natal na Marambaia”. Dizia que pela primeira vez, “em toda a sua existência milenária” os ilhéus comemoraram o Natal “com as festas, as explosões de alegria e as benesses de Papai Noel que tanto o caracterizam”. Tudo isso graças

ao “coração bem formado e generoso de Carmen Santos, a estrela patrícia”. A atriz não “quis que o Natal passasse sem florir de felicidade a noite augusta daquela gente humilde que da vida só conhece as amarguras, os dissabores e as desilusões”. Vestiu-se de Papai Noel e distribuiu presentes a todos: “a este um par de sapatos, aquele um terno de roupa, a este outro um chapéu, um vestido e entre sorrisos, bombons e doces a todos”.

Apesar de todo o investimento, um desentendimento entre Carmen e Mário inviabilizou o projeto. Pouco mais de “trezentos metros de copião não montado e com repetições” foi o que restou de toda a megaprodução. Mário queixava-se das constantes fugas de Carmem para o Rio a bordo de seu iate *Regine* que foi colocado à disposição das filmagens. Além disso, devido à grande publicidade em torno do filme, a praia do Sino passou a ser constantemente visitada por personalidades, parentes, amigos e jornalistas. O que também não agradou nem um pouco o diretor. Depois de uma ausência prolongada de Carmen, Mário abandonou o projeto e ninguém conseguiu trazê-lo de volta. Carmem ficou com o título do filme, mudou de história e de diretor. Octavio Mendes foi o escolhido para assumir o lugar de Mário e a nova história foi baseada no romance “Senhora”, de José de Alencar.

Durante os meses em que a equipe permaneceu na Marambaia, apenas um terço da história foi filmada. Anos mais tarde, em 1944, a maior parte do material registrado na ilha se perdeu em um incêndio ocorrido na Brasil Vitta Filmes, produtora de Carmen Santos. Outros pequenos trechos ainda podem ser conferidos no documentário sobre a vida e a obra de Mário Peixoto, produzido por Sérgio Machado, em 2001. O nome, “Onde a terra acaba”, é em homenagem ao filme do cineasta que nunca foi finalizado.

Os jornais não pouparam comentários ácidos sobre o fim da parceria entre Carmen Santos e Mário Peixoto. Em 06 de janeiro de 1932, a coluna “Cinelândia” do periódico A Batalha publicou uma nota sobre a produção dizendo:

Transcrição: “Parece incrível a facilidade com que aqui se ilude a boa fé pública. Há mais de um ano surgiu uma notícia agradável. A senhora Carmen Santos seguira para Marambaia, com todo o necessário para a confecção de um filme que seria o grito mais audacioso do cinema brasileiro. Os jornais se embandeira-

ram em arco. Também não era pra menos. A senhora Carmen Santos já fizera um filme com bastante êxito. E Mário Peixoto, que em “Limite” fez a obra de audácia, estava indicado para a direção do novo filme daquela estrela. Desse consórcio era lícito, portanto, esperarmos alguma coisa. E os jornais começaram a reclame. Só para atrapalhar, houve porém, um malentendido qualquer que resultou Mario Peixoto abandonar a direção depois de filmadas várias cenas de Onde a terra acaba. Apareceu novo diretor, e o filme já foi recommçado. A reclame continua sempre...Onde a terra acaba esta quase pronto...Pois agora me vem uma novidade sensacional. Octavio Mendes, que dirigiu Mulher para Cinédia, estava sendo procurado para dirigir Onde a terra acaba em substituição ao novo diretor que já substituiu o primeiro. Ora, com efeito, até parece brincadeira de criança. Afinal terminaram ou não terminaram o filme? Pelos modos, parece que ele só será exibido lá longe, onde a terra acaba...E vamos brincar de adivinhar onde é isso!”

Os anos passaram e a estadia de Carmen Santos na Marambaia ainda rendia comentários. Em dezembro de 1933, a coluna “O Globo nos Cinemas”, do jornal *O Globo*, publicou as profecias de Madame Ocidental para 1934, entre elas, destacava-se a seguinte: “Vejo a Ilha da Marambaia afundar-se com a *star* Carmen Santos, que se abraça a câmara fazendo uma promessa de mudar de assunto. A ilha não acredita e mergulha. O poeta Alberto de Oliveira lançará um soneto samba intitulado “*A vingança da ilha*”.

A Ilha da Marambaia abriga desde 1970 o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (CADIM) – atual Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia, uma Organização Militar (OM) subordinada ao Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais (CPesFN). A missão do CADIM é contribuir para o adestramento de Forças Navais e dos Fuzileiros Navais. Vale a pena destacar que lá é o único lugar do estado do Rio de Janeiro onde navios, aeronaves e veículos militares fazem uso de armamento real para adestramento.

É lá também que vive a comunidade remanescente de quilombo da Ilha da Marambaia, certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2006 e titulada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2015. Atualmente, praia do Sino, onde foram realizadas as filmagens, ficou na memória do tempo dos desembarques ilegais de africanos escravizados. Durante conversa com a qui-

lombola Vânia Guerra, ela me contou que a praia do Sino também era conhecida como praia do Fim por conta da quantidade de navios que encalhavam e naufragavam por ali.

Na primeira vez que estive na Marambaia, em 04 de dezembro de 2005, tive a oportunidade de visitar a praia do Sino. Os quilombolas contam que por ter sido uma área de desembarque ilegal, o local é “muito pesado”. A visita foi sensacional, apesar da caminhada ser bem puxada. A vista é deslumbrante e o mar bate forte e agitado. O sino não está mais lá e ninguém mais mora naquela parte da ilha. Percebi o tamanho respeito que os ilhéus têm pela localidade quando uma das crianças que nos acompanhavam escorregou e acabou se machucando entre os ouriços do mar. Aquele era um sinal para deixarmos a praia.

Diante de tantos mistérios, de tantas energias que habitam a localidade e de tantos contratemplos durante as filmagens, fico pensando com meus botões: será que a equipe de “Onde a terra acaba” teve permissão para fazer um filme ali? Mistério!

PS (1): O texto foi escrito na sexta-feira, 02 de dezembro de 2016. Porém mudamos a data de publicação da nossa coluna Caderno de Campo para as segundas-feiras. Achei melhor não mudar o que já estava feito.

PS (2): O texto é uma pequena parte da minha tese, com algumas alterações.

Referência

YABETA, Daniela. *História, Memória e Direito na luta pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro* (c. 1850–tempo presente). Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2014.



IX – Quilombos no Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional (2003 – 2015)

Daniela Yabeta

13 de dezembro de 2016

Vocês sabiam que ainda hoje é muito comum pensarem que não existiu escravidão no sul do Brasil? Pois é, por mais que os historiadores tenham trabalhado em pesquisas desmistificando essa questão, de forma geral, grande parte da população ainda acredita que a terra da Gisele Bündchen e da Oktoberfest não sofreu a violência da escravidão. Acontece que, na realidade, a história foi bem diferente. Para vocês terem uma ideia, de acordo com dados da Fundação Cultural Palmares, existem hoje no sul do Brasil 141 comunidades remanescentes de quilombo certificadas: 94 no Rio Grande do Sul, 12 em Santa Catarina e 35 no Paraná.

Foi pensando nessa questão que resolvi divulgar aqui, no nosso Caderno de Campo, o 8º Encontro de Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional, que “tem por objetivo reunir pesquisadores que se dedicam aos temas da escravidão, da liberdade e do pós-abolição na região sul do país, bem como aqueles que, tratando de temas correlatos ou estudando outros espaços, possa estabelecer conexões com a região ou com os temas privilegiados no evento”.

A primeira edição do encontro aconteceu em setembro de 2003, na cidade de Castro (PR) e desde então, o evento tem se destacado por reunir os maiores especialistas sobre a temática.

Em 2009, tive a oportunidade de participar do 4º encontro, realizado na cidade de Curitiba (PR), quando apresentei parte da minha pesquisa de mestrado sobre o tráfico ilegal de africanos escravizados na Ilha da Marambaia: “Tudo chegou sobrevivente num navio – A Auditoria Geral da Marinha contra o tráfico de africanos livres pós 1850 no Rio de Janeiro”. Na ocasião, também pude conhecer o trabalho de Marcia Naomi Kuniochi e Claudia Daiane Molet, “Uma comunidade quilombola na rota dos tropeiros: quilombolas do Limoeiro”.

Entretanto, nos encontros anteriores, que ocorreram nos anos de 2005 (Porto Alegre, RS) e 2007 (Florianópolis, SC), outras pesquisas maravilhosas sobre a questão quilombola também foram apresentadas. Destaco aqui os seguintes textos: 1) “Entre a serra e o litoral: fugas e quilombos na fronteira leste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina”, de Luana Teixeira; 2) “Aspectos constituintes da história da comunidade quilombola presente no interior de Giruá, RS”, de Elci Deloss Tolomini, Carla Regina Wegner Copetti, Sandra Beatriz Essenberg, Savio Antônio Reginatto e Denise M. dos Santos Mello; 3) “Quilombo: africanos, índios e seus descendentes lutaram pela liberdade”, de Aldemir Fiabani; 4) “Athe a completa extinção – Quilombos em regiões florestais e a luta por liberdade no extremo sul do Brasil (Rio Pardo, séc. XIX)”, de José Paulo Eckert; 5) “Quilombo Arnesto Penna Carneiro: resistência da ancestralidade negra”, de Ana Lúcia Aguiar Melo e Dilmar Luiz Lopes.

No ano de 2011, durante o 5º encontro, participei da sessão intitulada “Comunidades negras e quilombos, ontem e hoje”. A mesa foi composta pelas seguintes pesquisas: “Comunidade quilombola de Maçambique: memória, marcadores territoriais e processos de resistência”, de Cláudio Baptista Carle e Solange de Oliveira, “Parentesco escravo e em comunidades negras rurais: um estudo de caso”, de Rosane Aparecida Rubert e Luiza Spinelli Pinto Wolff, e a primeira parte da minha pesquisa de doutorado “Marambaia versus Marinha: conflito pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro”.

Em 2013, eu perdi o 6º encontro na cidade de Florianópolis (SC), mas deixo aqui registrado a pesquisa de Claudia Daiane Garcia Molet, “Casca e Limoeiro: as comunidades quilombolas no litoral negro do Rio Grande do Sul, durante o século XIX”.

O 7º encontro, trouxe mais duas pesquisas sobre quilombos. Meu projeto de pós-doutorado, “Quilombos do sul fluminense: história, memória e direito na luta pela titulação de seus territórios (RJ/1988 – tempo presente)”, e a pesquisa de Danilo Luiz Marques, “-Folga Negro, Branco não vem cá: o quilombo como arte da memória negra sobre Palmares”.

Para o 8º encontro deixo aqui o convite para que todos inscrevam suas pesquisas sobre comunidades quilombolas. De acordo com a organização do evento, a inscrição de trabalhos terá duas modalidades: comunicação oral e apresentação de pôster. As propostas

devem ser enviadas até dia 20 de janeiro de 2017 e o evento ocorrerá entre os dias 24/27 de maio de 2017 na cidade de Porto Alegre (RS).

Vejo vocês por lá!

PS (01): Enquanto escrevia esse texto, meu pai passava por uma cirurgia no Hospital do Fundão e acabou ficando internado pelos dois meses seguintes por conta de inúmeras intercorrências. Por muito tempo eu quis tirar esse texto do livro. No final, resolvi incluí-lo porque toda vez que me deparo com ele relembro de que eu não fazia a menor ideia do que minha família estava por enfrentar. Eu o deixei por representar um divisor de águas em nossas vidas. No fim das contas eu perdi o evento, isso foi o de menos. Todos nós sobrevivemos, mas nada mais foi como antes.

Referências

AGUIAR, Ana Lúcia; LOPES, Dilmar Luiz. Quilombo Arnesto Pena Carneiro: resistência da ancestralidade negra. *3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

CARLE, Cláudio Baptista; OLIVEIRA, Solange. Comunidade quilombola de Maçambique: memória, marcadores territoriais e processos de resistência. *5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

ECKERT, José Paulo. Ate a completa extinção – Quilombos em regiões florestais e a luta por liberdade no extremo sul do Brasil (Rio Pardo, séc. XIX). *3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

FIABANI, Aldemir. Quilombo: africanos, índios e seus descendentes lutaram pela liberdade. *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2005. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

- KUNIOCHI, Marcia Naomi; MOLET, Claudia Daiane. Uma comunidade quilombola na rota dos tropeiros. *4º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2009 – Disponível em: <http://repositorio.furg.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.
- MARQUES, Danilo Luiz. Folga Negro, Branco não vem cá: o quilombo como arte da memória negra sobre Palmares. *7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.
- MOLET, Cláudia Daiana Garcia. Casca e Limoeiro: as comunidades quilombolas no litoral negro do Rio Grande do Sul, durante o século XIX. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2013. Disponível em: <https://labhstc.ufsc.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.
- RUBERT, Rosane Aparecida; WOLFF, Luiza Spinelli Pinto. Parentesco escravo e em comunidades negras rurais: um estudo de caso. *5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.
- TEIXEIRA, L. Entre a Serra e o Litoral: fugas e quilombos na fronteira leste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2005. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.
- TOLOMINI, Elci; COPETTI, Carla; ESSENBERG, Sandra; REGINATTO, Sávio; MELLO, Denise. Aspectos constituintes da história da comunidade quilombola presente no interior de Giruá, RS. *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2005. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.
- YABETA, Daniela. Tudo chegou sobrevivente num navio. *4º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2009. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

YABETA, Daniela. Marambaia versus Marinha: conflito pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro. *5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

YABETA, Daniela. Quilombos do sul fluminense: história, memória e direito na luta pela titulação de seus territórios (RJ/1988 – tempo presente). *7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.



X – Dona Dandinha e o quilombo Pitanga dos Palmares (BA)

Daniela Yabeta

03 de abril de 2017

Faz tempo que eu estou tentando voltar com a nosso Caderno de Campo. Foram várias as ideias que eu troquei com minha parceira Ana Gualberto sobre o que escrever para abrir o ano de 2017, mas o danado do texto nunca saía.

Entre lá e cá, colocando a leitura dos meus e-mails em dia, me deparei com uma mensagem encaminhada pelo antropólogo José Augusto Laranjeiras Sampaio para o grupo GT Quilombos, do qual faço parte. A mensagem original foi enviada por Sheila Brasileiro e diz o seguinte:

“Olá, pessoal! Dona Dandinha, a simpática senhora das fotos abaixo, é uma das fundadoras do quilombo Pitanga dos Palmares, situado em Simões Filho. Ela está muito debilitada e necessita com urgência de uma cadeira de rodas. Pode ser usada. Contato: Flávio Pacífico”. (“Binho do quilombo”, presidente da Associação Quilombola de Pitanga dos Palmares)

Ao tomar conhecimento da situação de Dona Dandinha, entrei em contato com o Flávio Pacífico por e-mail e whatsapp. Perguntei se eles haviam conseguido a cadeira de rodas para nosso ilustre quilombola e ele me informou que infelizmente não.

Na mesma hora, mandei uma mensagem para Ana Gualberto em Salvador e propus que fizéssemos uma vaquinha virtual para arrecadar o dinheiro e comprar uma cadeira de rodas para Dona Dandinha. Para quem quiser contribuir, ainda dá tempo. Aqui está o link: <https://www.vakinha.com.br>.

A partir da história de Dona Dandinha fui buscar mais informações sobre o quilombo de Pitanga dos Palmares, localizado no município de Simões Filho (BA). De acordo com os dados da Fundação Cultural Palmares, existem três comunidades certificadas na

cidade: 1) Dandá (2002); 2) Pitanga dos Palmares (2004); 3) Rio dos Macacos (2011).

Sobre o quilombo de Dandá, em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) escolheu a comunidade quilombola como locação para a filmagem de um documentário chamado “Brazil: The Story of Slavery”, sobre a atual situação dos descendentes de escravizados. A iniciativa faz parte do projeto “2015-2014 – Década Internacional dos Afrodescendentes”.

O quilombo de Rio dos Macacos é o mais famoso da região de Simões Filho por conta do conflito que os quilombolas vivem com a Marinha do Brasil. Em 2012, um dossiê de Violações de Direitos Humanos foi apresentado na ONU, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) denunciando as arbitrariedades cometidas contra os quilombolas. Para conhecer melhor o caso, vale a pena assistir do documentário “Quilombo Rio dos Macacos”.

Com relação ao quilombo Pitanga dos Palmares, além de certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2004, a comunidade iniciou o processo administrativo pela titulação de seu território no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2008. Porém, até hoje, o processo ainda não foi finalizado. Pitanga dos Palmares destaca-se através de dois grupos de mulheres: as artesãs que trabalham com a piaçava e as bordadeiras que produzem peças maravilhosas em ponto de cruz.

Maria Cândida dos Santos, nossa Dona Dandinha (81 anos), é uma mulher quilombola guerreira. Durante muito tempo, ela sobreviveu através da produção manual do azeite de dendê e é considerada pela comunidade como uma das “guardiãs” da cultura local. Flávio Pacífico, o Binho do Quilombo, compôs uma música em sua homenagem chamada “Música do Pilão”.

Dona Dandinha foi casada com Matias dos Santos, o grande mestre do Samba de Viola da localidade. Nas festas de São Gonçalo do Amarante, o santo dos agricultores e padroeiro da comunidade, o samba de viola anima a todos. O grupo é composto por 18 sambadeiras e 12 tocadores. Dona Dandinha era a sambadeira mais velha da comunidade.

Infelizmente ela foi diagnosticada com DPOC – Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, o que torna sua respiração muito difícil.

Dona Dandinha está tentando receber o oxigênio pelo SUS – Sistema Único de Saúde, mas enquanto a liberação não chega, os familiares estão pagando com seus recursos. Além do oxigênio, ela também necessita de uma cadeira de rodas para melhorar sua qualidade de vida. Diante do tanto que essa mulher representa, acho que o mínimo que podemos fazer é ajudá-la. Por isso, essa primeira página do Caderno de Campo de 2017 é dedicada a ela.

Tenho fé nos orixás, em São Gonçalo do Amarante e conto com a ajuda de vocês. A cadeira de rodas vai chegar em Pitanga dos Palmares para Dona Dandinha!

Até mais!

Referências

SERTÃO BAIANO. *Bahia retratada em vídeo sobre escravidão produzido pela ONU*. Disponível em: <http://sertaobaiano.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

RACISMO AMBIENTAL. *Documentário mostra luta de quilombolas do Rio dos Macacos contra a Marinha*. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

Mapa dos conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, BA. Quilombolas de Pitanga dos Palmares, na Bahia, lutam contra presídio, pedágio e ferrovia. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.



XI – Debate sobre museu e escravidão na Baixada Fluminense (RJ)

Daniela Yabeta

11 de abril de 2017

Entre os dias 07 e 08 de abril aconteceu no município de Duque de Caxias (RJ) a “I Jornada de Museologia Social do Rio de Janeiro: Questões Contemporâneas”, com a temática “Museu e Escravidão: Patrimônio, Memória e Museologia Social”.

No dia 07 a Jornada ocorreu na Câmara Municipal, com a conferência de abertura, “Malungo, Macota, Cabula, Ubanda: solidariedade centro-africanas contra a escravidão”, proferida pelo historiador Robert Slenes (UNICAMP). No dia seguinte o evento ocorreu na sede do Museu Vivo do São Bento e contou com a participação de Nielson Bezerra (MVSF/FEFB – UERJ/FABEL), Cristina Lodi (Coordenadora do desenvolvimento do Museu da Escravidão e da Liberdade), Humberto Adami (Comissão da Verdade da Escravidão/OAB), Mário Chagas (UNIRIO – Rede de Museologia Social – RJ), Mariza de Carvalho (UFF – Museu Nacional), Luciana Barreto (TV Brasil/EBC), Cláudio Honorato (IPN), Hebe Mattos (UFF), Clarissa Lima (Comissão da Verdade da Escravidão/ RJ) e Elisa Larkin (Ipeafro).

Para quem não conhece, o Museu Vivo do São Bento é um “Ecomuseu de Percurso” que foi criado através da Lei nº 2224 de 2008 – a partir das reivindicações dos profissionais da Educação e dos militantes culturais de Duque de Caxias. Entre as localidades visitadas nos percursos sugeridos, destacamos a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor (século XVII), Esporte Clube São Bento (1948) e o Sítio Arqueológico Sambaqui do São Bento.

Infelizmente não pude assistir a conferência de abertura, mas no dia 08 eu estive por lá e posso garantir que o encontro foi ótimo! Segue um pequeno relato do que pude assistir.

Sobre a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, criada em 2014 pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Humberto Adami destacou que um dos objetivos principais

da iniciativa é fomentar ainda mais o debate sobre reparação. Nesse sentido, o diálogo com a História torna-se imprescindível, pois a temática da escravidão é um campo de pesquisa muito rico no nosso país que conta com uma vasta bibliografia e uma grande quantidade do que ele chamou de “pistas e provas”. O grande desafio seria tornar essa produção acessível ao grande público – uma questão que já é discutida no campo da História há bastante tempo! Adami também falou da importância da constituição de comissões estaduais e contou que foi graças a essa experiência que tomou conhecimento do trabalho de Tarcísio José Martins sobre o quilombo do Campo Grande em Minas Gerais. Além das comissões estaduais e municipais, Adami informou que estão previstas a implementação de comissões nos bairros de Madureira, Méier e Campo Grande, o que achei genial!

Mário Chagas (UNIRIO) falou sobre a importância do reconhecimento do debate Museu/Escravidão. Destacou que o trabalho dentro do museu, além do potencial poético, conta também com um forte potencial político. Por conta disso, é preciso criar mecanismos para nos libertarmos das amarras e produzirmos novos agenciamentos e novas possibilidades de pensamento dentro desses espaços. Sobre a realização da Jornada em Duque de Caxias, município que faz parte da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, Chagas lembrou do trabalho de Flávio Gomes (UFRJ – A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil: século XVII-XIX). Na mitologia grega, a Hidra de Lerna era um monstro que habitava o pântano, tinha corpo de dragão e 3 cabeças de serpente, quando uma delas era cortada, cresciam duas no lugar. Assim era a constituição de quilombos na região, quanto mais tentavam conter, mais apareciam.

A professora Mariza Soares (UFF-Museu Nacional) falou sobre sua experiência na organização da exposição “Kumbukumbu: África Memória e Patrimônio na Baixada Fluminense” e destacou que não é possível pensar na história da escravidão do Rio de Janeiro sem pensar no Recôncavo da Guanabara. Para quem quiser saber mais informações sobre a exposição, a professora indicou que o livro “Conhecendo a exposição Kumbukumbu do Museu Nacional” já está disponível online.

Hebe Mattos trouxe mais uma vez a experiência do projeto “Passados Presentes: Memória da Escravidão no Brasil” do qual eu tenho o privilégio de participar. Trata-se de um projeto de Turismo de Memó-

ria que resgata a História do tráfico de africanos para o Rio de Janeiro. Ao baixar o aplicativo “Passados Presentes”, é possível encontrar quatro roteiros que conduzem a locais relacionados ao tráfico negreiro e a história da escravidão no Brasil, são eles: 1) o centro do Rio de Janeiro; 2) a cidade de Pinheiral (sede do Jongo de Pinheiral); 3) o quilombo de São José da Serra (Valença); 4) o quilombo do Bracuí (Angra dos Reis). No centro do Rio de Janeiro, o circuito parte do Cais do Valongo e nos conduz a pontos de memória do tráfico negreiro, arte e religiosidade afrodescendente. Já na cidade de Pinheiral e nos territórios quilombolas de São José e Bracuí, além do circuito, contamos também com uma exposição permanente sobre a história de cada comunidade. O projeto é uma iniciativa do LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem (UFF) e do Núcleo de Memória e Documentação (UNIRIO). Em 2012 o projeto foi apresentado pelo Centro de Referência de Estudos Afro-Brasileiros do Sul Fluminense e a JLM Produções Artísticas ao Edital Petrobrás Cultural de Patrimônio Imaterial. Para o desenvolvimento da pesquisa e das plataformas digitais, o projeto também contou com o apoio dos Editais FAPERJ/COLUMBIA GLOBAL CENTER e do Programa da FAPERJ de “Apoio à Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro 2014”.

No geral, duas questões foram recorrentes no encontro, a primeira delas diz respeito à constituição do Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL) – Seria esse o nome mais apropriado? Como será constituído? A segunda questão diz respeito à atuação da Prefeitura do Rio de Janeiro com relação à crise enfrentada pelo Instituto dos Pretos Novos (IPN), maior cemitério de africanos escravizados da América Latina. De acordo com Cristina Lodi, coordenadora do futuro museu, em março desse ano foi constituído um Grupo de Trabalho destinado a elaborar um Plano de Ação para a criação do museu. Sobre o nome, trata-se de algo provisório e sujeito a mudanças. Todo conteúdo será discutido, principalmente no que se refere à dor de tratar sobre esse tema. Com relação ao IPN, ela informou que serão repassados 116 mil reais para o funcionamento de 2017.

Apesar de todo o sucesso que foi o evento, senti falta da participação de dois grupos: representantes das comunidades de terreiros – já que a região abriga um grande número de casas de candomblé e de terreiros de umbanda, e dos quilombolas de Maria Conga, única comunidade remanescente de quilombo certificada na região da “Hidra” da Baixada Fluminense. Esses dois grupos também estão ligados à herança da esca-

vidão e discutem a constituição de memoriais em seus territórios. Como exemplo, temos o Memorial Iyá Davinano Ilê Axé Omolu Oxum – que “abriga acervo material referente à religião dos orixás e a formação das primeiras comunidades de candomblé no Rio de Janeiro” – e o Memorial Cristóvão dos Anjos construído no Asé Pantanal.

Fica aqui a dica para o próximo um encontro.

Referências

Sistemas Estadual de Museus de São Paulo – I *Jornada de Museologia Social do Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

Museu Vivo São Bento. Disponível em: <https://www.museuvivodo.saobento.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

OAB Nacional. *OAB cria Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil*. Disponível em: <https://www.oab.org.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: a história de Minas roubada do povo*. Tarcísio José Martins, 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. Unesp, 2005.

GAMA, Elizabeth Castelano. *História e memória do candomblé no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise*. 2016.

SOARES, Mariza de Carvalho; AGOSTINHO, Michele de Barcelos; LIMA, Rachel Correa. *Conhecendo a exposição Kumbukumbu do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2016.

Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil. Disponível em: <http://passadospresentes.com.br>. Acesso: 06 de dezembro de 2020.

LIMA, Alexandre Mantovani. *Memórias e identidades de um terreiro de candomblé: Ilê Ogun Anaeji Ìgbele Ni Oman – Àse Pantanal/ A nação Efon em Duque de Caxias – RJ – Mestrado em Ciências da Religião*. PUC, SP: 2014.



XII – Tour pelo subúrbio carioca parte I – Vicente de Carvalho: do fazendeiro ao poeta aboliconista

Daniela Yabeta

20 de abril de 2017

Não sei se vocês sabem, mas eu moro em Irajá (do tupi, lugar onde brota o mel), um bairro tradicional do subúrbio do Rio de Janeiro. Na verdade, moro mais especificamente em Vista Alegre, uma espécie de “sub bairro” de Irajá que não para de crescer. Ano passado, ganhamos um Polo Gastronômico (Decreto nº 41.451 de 28 de março de 2016), por conta da grande concentração de bares e restaurantes na região.

Para quem quer conhecer, chegar por essas bandas não é tão difícil quanto muitos pensam. Temos uma linha de ônibus que faz o percurso até o Centro do Rio de Janeiro (349 – Rocha Miranda / Castelo), mas eu não recomendo, a gente nunca sabe o que esperar da Avenida Brasil...

Minha dica é o metrô. Por aqui, temos duas estações de fácil acesso: Irajá e Vicente de Carvalho. A estação de Irajá fica a 2,5km de distância do Polo Gastronômico e da Vicente de Carvalho 2,2km. A maioria do pessoal que mora no bairro utiliza o metrô de Irajá por conta da grande quantidade de ônibus que passa por lá, mas eu prefiro Vicente – como a estação é carinhosamente conhecida. Apesar de só ter um ônibus (629 – Irajá / Saens Pena), todos os carros têm ar-condicionado – o que é uma raridade, e podemos saltar exatamente na porta da estação. Por isso a minha dica é sempre essa, venham por Vicente!

Nessa estação também temos a conexão para o BRT (Bus Rapid Transit) e o ponto final da linha 950 – Vicente de Carvalho/Vista Alegre. Em poucos minutos estarão no Polo Gastronômico tomando aquela gelada e saboreando os diversos petiscos. Ana Gualberto, minha parceira do Caderno de Campo, foi uma ilustre moradora do bairro de Vicente de Carvalho, mas o prédio onde morava na Rua Engenheiro Mario de Carvalho, foi desapropriado para a construção da linha.

Sobre Irajá, sabemos que até o século XVI a região era habitada pelos índios tupinambá. Mais tarde, com a chegada por portugueses, transformou-se na maior sesmaria do Rio de Janeiro e grande produtora de cana-de-açúcar. Para quem quiser conhecer mais detalhadamente a história do bairro, sugiro as seguintes pesquisas: 1) “De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro” de Joaquim Justino Moura dos Santos; 2) Rita de Cássia Ribeiro Silva “Senhores e Possuidores: a construção da propriedade da terra na freguesia de Irajá (Rio de Janeiro, século XIX”); 3) Denise Demétrio “Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII”.

A região também é conhecida pela Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação (construída em 1644 e onde fui batizada em 1982), pelo Cemitério de Irajá (de 1895) e pelo Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Boêmios de Irajá (1967) onde acontece a roda de samba Quilombo do Irajá.

E sobre Vicente de Carvalho? Vocês já ouviram falar?

Pois é, há quem diga que o nome do bairro remete a um antigo fazendeiro da localidade e que a Estrada de Ferro Rio D’Ouro inaugurou a estação de Vicente de Carvalho, em 15 de janeiro de 1883. Hoje, além do Morro do Juramento, o bairro também se destaca pelas preciosas Adega Duas Nações e Adega D’Ouro. Podem apostar, essas duas relíquias barram qualquer novidade do Polo Gastronômico.

Sabemos também que Vicente Augusto de Carvalho (1866-1924), poeta, contista, jornalista e juiz de Direito nascido em Santos (SP) era um abolicionista que encaminhava escravos fugitivos para o Quilombo Jabaquara, liderado por Quintino de Lacerda. (Para conhecer melhor a história do quilombo e seu líder sugiro a dissertação de Matheus Serva Pereira: “Uma viagem possível – Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil”). Inspirado nessa experiência, Vicente de Carvalho escreveu “Fugindo ao Cativo”, um de seus mais belos poemas. Vale a pena dar uma conferida.

De acordo com sua biografia, Vicente de Carvalho sempre viveu no estado de São Paulo. Não há nenhum registro que tenha residido no Rio de Janeiro. Durante muito tempo, enquanto esperava o metrô, eu fiquei na dúvida se o nome do bairro era realmente em homenagem a ele. Até que um dia eu descobri que na Praça de Vi-

cente de Carvalho existe um busto em homenagem ao poeta santista! O busto consta no Inventário dos Monumentos do Rio de Janeiro, foi feito por Ruffo Fanucchi e inaugurado em 1960 por iniciativa do então vereador Milton Castro Menezes com apoio do Instituto Histórico e Geográfico da cidade.

Para quem quiser conhecer outras poesias daquele que entrou para a história como “o poeta do mar”, sugiro o livro de Cláudio Murilo Leal lançado pela Global Editora em 2005: “Melhores Poemas de Vicente de Carvalho”. Depois da leitura, sugiro um *tour* pelo bairro para conferir se o busto é mesmo do abolicionista com direito a parada para tomar uma gelada, comer bolinho de bacalhau nas adegas e fazer aquela *selfie* maneira.

Referências

- DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII*. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008
- MARTINS, Ana Luiza. Vicente de Carvalho: poeta do mar e cidadão da república. *Revista USP*, n. 41, p. 134-151, 1999.
- PEREIRA, Matheus Serva. *Uma viagem possível: Da escravidão à cidadania. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2011.
- SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. *De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro*. São Paulo: USP, 1997.
- SILVA, Rita de Cássia Ribeiro da et al. *Senhores e Possuidores: a construção da propriedade da terra na freguesia de Irajá (Rio de Janeiro, século XIX)*. Dissertação de Mestrado em História. UFRRJ, 2013.
- Inventário dos Monumentos do Rio de Janeiro – Vicente de Carvalho. Disponível em: <http://www.inventariodosmonumentosrj.com.br>. Acesso: 07 de dezembro de 2020.



XIII – O Quilombo de Barro Preto (MG) e a suspensão das titulações quilombolas pelo governo Temer

Daniela Yabeta

25 de abril de 2017

Sabe aqueles projetos que depois de um tempo percebemos que nunca vamos conseguir finalizar? Pois bem, o nosso Atlas do Observatório Quilombola é um deles. Ele foi lançado em 2014 como um dos produtos do projeto “Apoio ao Fortalecimento Político das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro” – promovido por KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, em parceria com a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj) e financiado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Na ocasião, nosso compromisso era disponibilizar um material referente as comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares no estado do Rio de Janeiro, o que foi realizado. Para saber mais, confira a notícia “KOINONIA lança Atlas Observatório Quilombola”.

Apesar do sucesso do lançamento, eu, Ana Gualberto e Andrea Oliveira – bibliotecária de KOINONIA e idealizadora do projeto, pensamos grande e logo depois de finalizar o Rio de Janeiro, decidimos seguir a tabela da Fundação Cultural Palmares e marcar todos os quilombos do Brasil. Resultado: um sonho gigante, que precisa de uma atualização constante e que conta com pouquíssimos braços. Mas o que importa é que seguimos tentando...

Uma das nossas tarefas no Atlas, além de relacionar as comunidades que foram certificadas em cada estado, é juntar o maior número de informações possíveis sobre esses grupos. Muitas vezes, já temos alguns textos produzidos que foram publicados no antigo Boletim Territórios Negros, mais precisamente nas colunas “Um Território” e “Fala Quilombola”. Além é claro, das notícias que são depositadas no Observatório Quilombola. É exatamente esse trabalho que estou fazendo agora.

Resolvi começar separando todas as colunas “Um território” que foram publicadas no período de 2003/2012, totalizando 27 edi-

ções. Ao chegar na edição nº 19 (2005) eu encontrei meu primeiro texto publicado “na vida”: Comunidade Quilombola do Barro Preto.

Na época, lembro da alegria pela minha primeira publicação e da minha decepção por não ter assinado o texto. A prática de assinar as colunas só passou a existir no ano seguinte (2006). Até então, meus créditos costumavam vir no final da revista, no campo denominado “pesquisa”. Nesse período eu e Ana Gualberto iniciávamos nossa parceria e fechávamos nossa dobradinha revezando as colunas “Um território” e “Um pouco de História”. Aos poucos, além do Atlas Quilombola, também disponibilizaremos esses textos por aqui. Por ora, trago uma versão revisada e atualizada do que foi publicado em 2005 sobre a comunidade de Barro Preto.

O quilombo do Barro Preto está localizado no município de Santa Maria do Itabira, região do Vale do Aço em Minas Gerais. Anteriormente, a comunidade era conhecida como Córrego Santo Antônio, mas com o passar do tempo, adotou a denominação Barro Preto devido à prática de seus moradores de pintar a roupa de preto durante os períodos de luto usando barro, cipó e gabiroba.

De acordo com a memória dos quilombolas, Barro Preto foi ocupada por volta da segunda metade do século XIX e teve suas origens na comunidade de Indaiá, localizada no município vizinho de Antônio Dias (MG). Acredita-se que escravos fugitivos em parceria com libertos tenham partido do Rio de Janeiro e da Fazenda das Pedras (MG) com destino a essa localidade. Os primeiros habitantes teriam sido Tobias Pires, João Grigó da Silva, Francisco Acácio e Quitéria Carneiro, esta última a maior detentora de terras da comunidade.

Os quilombolas contam também que, no pós-abolição, o governo concedeu terras às comunidades negras que se instalaram na região, mas os fazendeiros das proximidades se apoderaram delas por meios ilícitos, utilizando documentos falsos (processo conhecido como “grilagem”) e alegando que os que ali residiam não tinham título das propriedades.

A apropriação das terras também se deu por meio de dívidas contraídas pelos quilombolas com os fazendeiros locais, através de empréstimos financeiros. Como os quilombolas não conseguiam pagar os empréstimos, suas propriedades lhes foram tomadas. No entanto, essas dívidas jamais corresponderam ao valor real das terras. Atualmente, a

área ocupada pela comunidade restringe-se a dois hectares e somente uma minoria possui título de comprovação de posse.

Barro Preto tem sua cultura marcada pela capoeira, danças associadas ao batuque, umbigadas, quadrilha e festas, como a de Santo Antônio (padroeiro da comunidade) e a festa da Vigília de Natal.

A organização da comunidade é feita através da associação de moradores que leva o nome de Associação São Francisco de Barro Preto, fundada em 1986, bem como pelos grupos de capoeira e de artesãos.

Em maio de 2006, o quilombo do Barro Preto foi certificado pela Fundação Cultural Palmares (processo número: 01420.000989/2006-77). No mesmo ano, em parceria com os quilombolas de Indaiá, iniciaram através da Associação dos Quilombos Unidos do Barro Preto e Indaiá o processo de titulação do território junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA – processo número: 54170.001884/2006-91). Até o momento, a titulação não foi concluída.

Para finalizar, em junho de 2009, a Associação dos Quilombos Unidos do Barro Preto e Indaiá em parceria com a Associação dos Moradores Quilombolas de Santana – Quilombo Santana (PE) e a Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul apresentaram-se como *amicus curae* (Lei Federal 9869/99) no processo correspondente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3239/2004) impetrada pelo Partido da Frente Liberal (PFL – atual DEMOCRATAS), contra o Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003, que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. O partido requerente alega a inconstitucionalidade do referido Decreto basicamente por três motivos: 1) por conta da inexistência de uma lei prévia que confira validade ao mesmo; 2) por serem contrários ao princípio da auto-atribuição como remanescente de quilombo; 3) por serem contrários possibilidade de demarcação do território a ser titulado a partir da comunidade interessada.

Em abril de 2012 a ADI 3229 foi julgada e o Ministro Relator César Peluso votou pela inconstitucionalidade do Decreto 4887. Porém, por ocasião do pedido de vistas feito pela Ministra Rosa Weber, o julgamento foi suspenso. Três anos depois, em março de 2015, o

juízo foi retomado e, ao contrário do Relator, a Ministra votou pela improcedência da ação e constitucionalidade do Decreto. Na mesma ocasião, o Ministro Dias Tóffoli interrompeu novamente a sessão pedindo vista de processo.

Enquanto aguardávamos um novo julgamento, o presidente Michel Temer, que tem como sua base aliada de governo a bancada ruralista, mandou suspender a titulação de territórios quilombolas no Brasil até que o Superior Tribunal Federal conclua o julgamento, o que não tem prazo para ocorrer.

Enquanto isso, cerca de 1.500 processos de titulação que foram abertos no INCRA, incluindo o de Barro Preto, ficam parados deixando essas comunidades ainda mais vulneráveis, sujeitas a invasões, expulsões, ameaças, atendados... esse é o governo de Michel Temer.

P.S (01): O Atlas do Observatório Quilombola continua sendo atualizado, dessa vez, através de uma parceria entre o Núcleo de História Pública da Amazônia (Nuhpam) – vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. O verbete sobre Barro Preto ainda está aberto para elaboração.

P.S (02): Em 08 de fevereiro de 2018 o STF garantiu a constitucionalidade do Decreto 4887 de 2003 – Ver: STF garante posse de terras às comunidades quilombolas. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso: 13 de dezembro de 2020.

Referências

OLIVEIRA, Andréa Carvalho. *Egbé Virtuais: Taxonomia facetada navegacional para o Atlas Observatório Quilombola*. Dissertação de mestrado profissional em Biblioteconomia. UNIRIO, 2017.

SILVA, Isis. *Entre sonhos e lutas: as vivências quilombolas no Barro Preto*. Dissertação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora: MG, 2009.

KOINONIA. *Acervo Boletim Informativo Territórios Negros*. Disponível em: <https://kn.org.br>. Acesso: 13 de dezembro de 2020.

KOINONIA. *Koinonia lança Atlas Observatório Quilombola*. Disponível em: <https://kn.org.br>. Acesso: 20 de dezembro de 2020.



XIV – Cuidando para cuidar: meio ambiente e religiosidade de matriz africana

Ana Gualberto

02 de maio de 2017

Hoje resolvi trazer para nosso Caderno de Campo uma reflexão sobre algo fundamental para minha religiosidade: o cuidado com o meio ambiente.

Pensar as religiões de matriz africana é pensar o cuidado. Cuidado com os seres humanos e com a natureza, já que nossa religião é fundamentada no culto aos orixás, que são parte da natureza.

Cada orixá representa um elemento, uma parte do todo que compõe o mundo. Eles vivem dentro de nós, porque afinal de contas, somos parte desse mundo. Mais do que ser parte, somos dependentes dos elementos da natureza para cultuar nossos orixás e viver em harmonia.

Para compreendermos melhor essa dimensão, trouxe um *oriki* do orixá Ossain, o detentor do saber de todas as folhas.

“Ossain, filho de Nanã e irmão de Oxumarê, Euá e Obaluaê, era o senhor das folhas, da ciência e das ervas, o orixá que conhece o segredo da cura e dos mistérios da vida. Todos os orixás recorriam a Ossain para curar qualquer moléstia, qualquer mal do corpo. Todos dependiam de Ossain na luta contra a doença. Todos iam à casa de Ossain oferecer seus sacrifícios. Em troca Ossain lhes dava preparos mágicos: banhos, chás, infusões, pomadas, abo, beberagens. O grande senhor das folhas curava as dores, as feridas, os sangramentos; as disenterias, os inchaços, as fraturas; curava as pestes, febres, órgãos corrompidos; limpava a pele purulenta e o sangue pisado; livrava o corpo de todos os males. Um dia Xangô, senhor da justiça, julgou que todos os outros orixás deveriam compartilhar o poder de Ossain, conhecendo o segredo das ervas e dom da cura. Ele então sentenciou que Ossain dividisse suas folhas com os outros. Porém, Ossain se negou a cumprir as ordens de Xangô. Não satisfeito, Xangô ordenou que Iansã soltasse o vento e trouxesse ao seu palácio to-

das as folhas das matas de Ossain para que fossem distribuídas aos orixás. Iansã fez o que Xangô determinara. Gerou um furacão que derrubou as folhas das plantas e as arrastou pelo ar em direção até seu palácio. Ossain percebeu o que estava acontecendo e gritou: “Euêuassá!”: as folhas funcionam! Ele ordenou que as folhas que voltassem para suas matas e as folhas prontamente obedeceram suas ordens. No entanto, aquelas que já estavam em poder de Xangô perderam o axé, perderam o poder de cura. Xangô, um orixá justo, admitiu a vitória de Ossain e entendeu que o poder das folhas devia ser exclusivamente dele e que assim deveria permanecer através dos séculos. Apesar de tudo, Ossain deu uma folha para cada orixá, deu uma euê para cada um deles. Cada folha com seus axés e seus ofós, que são as cantigas de encantamento, sem as quais as folhas não funcionam. Ossain distribuiu as folhas para os orixás para que eles não mais o invejassem. Eles também podiam realizar proezas com as ervas, mas os segredos mais profundos ele guardou para si. Ossain não conta seus segredos para ninguém, ele nem mesmo fala, se comunica através de seu criado Aroni. Os orixás ficaram gratos a Ossain e sempre o reverenciam quando usam as folhas”. (Para saber mais sobre esse e outros orikis, recomendo o livro “Mitologia dos Orixás” de Reginaldo Prandi)

Oriki, que é uma das formas como aprendemos sobre os orixás e sobre a vida. Destaco em especial, três pontos para reflexão presentes nesse *oriki* de Ossain: 1) Sobre os orixás e seus elementos: Iansã utiliza seu poder sobre o vento para levar até Xangô, senhor da justiça e também do fogo, as folhas que são de domínio de Ossain; 2) Sobre a necessidade de cooperação e respeito: Xangô compreende ser direito de Ossain o domínio sobre as folhas e a cura através delas; 3) Sobre benevolência: mesmo provando que poderia acumular para si todo o saber, Ossain decide compartilhar com os outros parte de seu conhecimento.

No candomblé compreendemos que nada pode ser realizado sozinho, precisamos uns dos outros, precisamos de pessoas ao nosso redor, precisamos da natureza para o mais elementar ritual. Recriamos a organização familiar dentro de nossos terreiros, passamos a ter mães, pais, irmãos, tias, tios e demais entes. Ganhamos uma família que ensina, corrige quando necessário e compartilha.

Ao contemplarmos a natureza vemos uma das formas de nossos orixás. Quando entramos no mar, saudamos Yemanjá. Quando entramos num rio ou numa cachoeira, saudamos Oxum – dona das águas doces. Nas matas, saudamos Oxossi. Ao usarmos as folhas, saudamos Ossain. Sendo assim, em nossa perspectiva religiosa, defender o meio ambiente é defender nossa religião.

Acontece que, com o advento da modernidade, torna-se necessário também para as comunidades de terreiros, discutir sobre o efeito de nossas ações com relações aos impactos ambientais.

Mesmo aprendendo com nossos antepassados sobre como utilizar a natureza de forma harmoniosa, muitas pessoas não se preocupam em preservá-la. Desta forma, esse “não cuidar” acabou servindo (em alguns momentos) como justificativa para ações de intolerância religiosa, culpando os religiosos de matriz africana de depredação ambiental e outros crimes contra o meio ambiente. Para mais informações sobre a temática sugiro o “Dossiê Intolerância Religiosa” de KOINONIA.

Foi necessária uma reação das casas e em alguns casos, ações de reeducação ambiental e de diálogo sobre esta questão. Muitos desses espaços têm contribuído de forma constante nos processos de reflexão, mitigação de impactos locais, mobilização e formação popular sobre o tema ambiental. Trouxe aqui alguns exemplos:

Aderbal Ashogun – *ashogum* (ogan responsável pelos sacrifícios) do Ilê Omiojuaro de Mãe Beata de Yemonjá, em parceria com a Fundação Cultural Palmares produziram a cartilha Oku Abo, uma ferramenta educativa criada pelo projeto de educação ambiental para religiões afro-brasileiras. O objetivo da cartilha é de resgatar o saber tradicional das religiões afro-brasileiras e promover a preservação do meio ambiente.

Iyá Jaciara Ribeiro – Iyalorixá do Abassá de Ogum localizado em Itapuã, Salvador, atua em sua localidade com ações de educação ambiental e recolhendo materiais não biodegradáveis na Lagoa do Abaeté. Além de desenvolver diversas ações em combata a intolerância religiosa.

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço atua desde sua fundação, em 1994, junto a comunidades de terreiros de candomblé em Salvador e região metropolitana. Durante estes anos de trabalho, um dos temas de reflexão foram as questões ambientais seus impactos

junto as comunidades, formas de reação e enfrentamentos, alternativas e ações realizadas pelas comunidades. Em 2008 KOINONIA realizou o Seminário Público de Comunidades Negras Rurais em Salvador, onde reuniu representantes de comunidades negras tradicionais (terreiros e quilombos) para refletir sobre identidade e desenvolvimento. A temática ambiental teve um grande espaço ocupado neste debate que teve como fruto o livro “Identidade e Desenvolvimento”. Na ocasião, também produzimos o vídeo “Meio Ambiente” vale a pena dar uma conferida.

Nas últimas décadas as religiões de matriz africana têm tentando ampliar seus espaços de atuação e discussão, um deles é o debate acadêmico.

Sobre a temática do meio ambiente, destaco as recentes pesquisas de: 1) Mariana Vitor Renou (Mestrado em Antropologia – Museu Nacional/ UFRJ, 2011) “Ofereça e lixo religioso: como um grupo de sacerdotes do candomblé angola de Nova Iguaçu “faz o social”; 2) Cláudia Oliveira dos Santos (Mestrado em Modelagem e Ciência da Terra e Meio Ambiente/ UEFS, 2009) “Kosiomi, kosi orixá. Sem água, sem orixá. Modelagem etnoecológica sobre o uso da água no Ilê Axé Iyá Nassô Oká/ Terreiro Casa Branca, em Salvador – Bahia”; 3) Felipe Rodrigues Martins (Mestrado em Ciências e Meio Ambiente/ UFPA, 2015) “Candomblé e Educação Ambiental: uma possível e construtiva revelação”.

Também vale a pena registrar os trabalhos de José Flávio Pessoa de Barros e de Mãe Stela de Oxossi, especialmente os livros: 1) Ewe Orixá – Uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé, escrito por Pessoa de Barros em parceria com Eduardo Napoleão (1999); 2) Epé Laiyé – Terra Viva, onde Mãe Stela passeia pelo universo infantil para falar de candomblé e meio ambiente (2009).

José Flávio Pessoa de Barros (1943/2011) era professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e babalorixá fundador do Ilê Asé Omin Iwryn Odara, localizado em Cachoeiras de Macacu (RJ). Maria Stela Azevedo Santos, a Mãe Stela de Oxossi, é a atual ialorixá do Ilê Axé Opo Afonjá, localizado em Salvador (BA) e membro da Academia de Letras da Bahia.

Claro que não poderia deixar de lado o clássico “Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá” de Pierre Verger, fotógrafo e etnólogo francês (1902/1996). Iniciado babalaô em 1952, Verger recebeu

o nome de Fatumbi, que significa “renascido pela graça de Ifá”. Ao longo de sua vida, Verger catalogou o uso de diversas plantas iorubas. O livro apresenta uma (pequena) parte de sua pesquisa (1995).

Para finalizar, como sempre buscamos algum tipo de proteção, não custa nada ter em casa uma mudinha de espada de São Jorge! Aliás é bom lembrar que dia 23 de abril acabamos de comemorar o dia do santo guerreiro, sincretizado no Sudeste com Ogum, o orixá do ferro e senhor dos metais – e no Nordeste com Oxóssi, o grande caçador.

Deixo aqui uma dica sobre como preparar um vasinho de plantas de proteção para cuidar de sua casa e de você:

Compre ou peça (o melhor é ganhar!) mudas de: arruda, comigo-ninguém-pode, pimenta, alecrim, manjeriço, espada-de-são-jorge, abre-caminho e guiné. Plante em um vaso de tamanho grande ou uma jardineira. Use adubo orgânico. Coloque as mãos na terra e converse com as plantas. Peça proteção a todos os orixás, principalmente ao dono das folhas: Ossain, “*Eweassá!*” – Afinal de contas, “*O-miKosi, ÉwéKosi, Òrìsà Kosi*”: Sem água, sem folha, sem orixá!

Referências

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KOINONIA. *Publicações*. Disponível em: <https://koinonia.org.br>. Acesso: 05 de dezembro de 2020

KOINONIA. Dossiê Intolerância Religiosa. Disponível em: <http://intoleranciareligiosadossie.blogspot.com>. Acesso: 05 de dezembro de 2020.



XV – Entre o carnaval de 1988 e o 13 de maio de 2017

Ana Gualberto

11 de maio de 2017

Sempre que vai chegando o dia 13 de maio, minha memória viaja até 1988, ano do centenário da abolição da escravidão! Um período memorável em vários sentidos. Entretanto, hoje escolhi trazer para nosso Caderno de Campo, lembranças do carnaval daquele ano. Lembrança da festa!

Fevereiro de 1988. Eu tinha 11 anos e, como sempre, assisti todo o desfile das escolas de samba do carnaval carioca. Ficava acordada até de madrugada em frente a TV. Foi incrível ver na avenida tantas referências ao povo preto. Tantas coisas lindas!

Enquanto eu assistia impactada aos desfiles, minha mãe falava sem parar da luta pela nossa constituição e de como aquele ano era importante para todo o povo brasileiro. Esperávamos por um momento de passar a limpo o racismo instituído em nossa sociedade. A memória da alegria e da esperança daquele tempo, divide espaço com a realidade enfrentada hoje, onde muitos daqueles nossos sonhos continuam ainda no plano dos sonhos...

Quando os desfiles terminaram e eu já havia escolhido a minha preferida. Era tão óbvio na minha cabeça: tinha que ser a Mangueira! Vale destacar que na época eu era imperiana e hoje sou portelense. Sendo assim, foi uma escolha “técnica”.

Mas por que tinha que ser a Mangueira? Afinal de contas, em 1988 a Vila Isabel foi a grande campeã com o clássico “Kizomba, a festa da raça”.

Bem, o resultado do carnaval de 1988 já foi muito debatido pelo clã Gualberto, minha família. Enquanto eles defendem a vitória da Vila Isabel eu argumento em defesa da Mangueira da seguinte forma: 1) O carnaval da Mangueira foi perfeito, com a típica animação verde-e-rosa; 2) O samba enredo da Mangueira “100 anos de liberdade, realidade ou ilusão” falava do ontem e do hoje, da realidade do

povo negro, coloca em dúvida o conceito de abolição; 3) O samba também traz elementos do sonho de superação do racismo e da contribuição do negro na sociedade.

Sobre a “festa” de Vila Isabel, eu não me sentia incluída. Até hoje precisamos convencer as pessoas, em diversos espaços, que o racismo existe e continua sendo estrutural na sociedade. Precisamos debater o fato de não comemorar o 13 de maio, questionar o conceito de abolição da escravização do povo negro. Tudo que estava lá, dito no samba da Mangueira!

Maio de 2017. Estamos diariamente perdendo direitos que foram duramente conquistados por conta de um governo ilegítimo que não respeita a Constituição de 1988 e que ignora o povo. Vivemos a ameaça da reforma da previdência, que pretende colocar a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem e que aumenta o prazo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos. Popularmente ela é chamada de “a volta da Lei dos Sexagenários”.

Também vivemos a ameaça do Projeto de Lei de autoria do Deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) que propõe instituir “novas” normas reguladoras do trabalho rural: aumento da jornada de trabalho para 12 horas, pagamento dos trabalhadores feitos com remuneração de qualquer espécie, podendo oferecer moradia, alimentação, parte da produção ou concessão de terras em vez de salário. Essa é a PL 6442/2016, popularmente conhecida como “a volta da escravidão”.

Há alguns anos que uso a letra do samba enredo da Mangueira de 1988 para debater com as comunidades negras rurais (e comunidades de terreiro) sobre a abolição e a privação de direitos. É parte de minha metodologia de reflexão e sensibilização.

Então minha gente, mais do que pensar no 13 de maio é preciso pensar no dia 14, 15 e 16...Onde os ex-escravizados, agora cidadãos livres (ou como diz Flávio Gomes e Olívia Cunha “Quase Cidadãos”) encararam a realidade em busca de direitos. Direito por um salário digno, por comida, por terra.

Apesar das dificuldades, precisamos lembrar que somos sementes e temos raízes. O povo preto vive e resiste!!!!

Referências:

CUNHA, Olivia Maria Gomes; SANTOS GOMES, Flávio. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. FGV Editora, 2007.

Projeto de Lei 6442/2016 – Institui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso: 05 de dezembro de 2020.



XVI – Revisitando o Informativo Territórios Negros: O quilombo de Conceição do Macacoari (AP) e a suspensão das titulações quilombolas

Daniela Yabeta

19 de maio de 2017

Para o caderno de campo dessa semana, resolvi visitar o Informativo Territórios Negros de KOINONIA e trazer o segundo texto que publiquei na coluna “Um Território”, no início do ano de 2006. Eu já expliquei que, naquela época, não era costume assinar nossos textos. Os créditos vinham apenas no final da revista, organizado de forma geral. Portanto, se vocês procurarem lá, não encontrarão meu nome.

Nos últimos meses estou tentando revisar esse material e disponibilizá-lo aqui no blog e no Atlas Observatório Quilombola. Já fiz isso com o texto sobre a comunidade remanescente de quilombo de Barro Preto, localizada no município de Santa Maria do Itabira (MG). Agora chegou a vez do quilombo de Conceição de Macacoari, localizado a 100 km de distância do centro da cidade de Macapá (AP).

A comunidade de Conceição do Macacoari foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2005 – processo 01420.002182/2005-98, e titulada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em janeiro de 2006 – processo 54350.000393/2005-23. O quilombo tem esse nome por dois motivos. O primeiro é em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da comunidade, festejada em 08 de dezembro. O segundo é por conta da grande quantidade de macacos que habitam a região.

De acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado pelo INCRA, os antigos moradores contam que a história da ocupação do território remete ao século 19. Foi nessa época que o liberto Manoel Neri, conhecido como Pai Mané, foi levado de Mazagão Velho (interior do Amapá) para combater na Guerra do Paraguai (1864-1870). Acontece que durante o caminho, ele conseguiu fugir até instalar-se definitivamente na região que hoje corresponde ao quilombo. Mais tarde, já no início do século XX, as

terras de Conceição do Macacoari foram vendidas para o pecuarista negro Estevão Picanço, cujos descendentes continuam vivendo no mesmo território.

A decisão da comunidade de buscar a certificação e a titulação do território como remanescente de quilombo foi intensificada quando agricultores da região, passaram a pressionar o grupo para que eles vendessem suas terras e deixassem a localidade. Diante da ameaça, os moradores de Conceição do Macacoari resgataram a história de constituição da comunidade relacionada a experiência da escravidão e do pós-abolição e se organizaram em torno da Associação de Moradores da Comunidade Quilombola de Conceição do Macacoari (AMCQCM).

O processo da preparação da documentação e a organização da associação durou cerca de um ano. Na época os quilombolas contaram com o apoio da (hoje extinta) Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Depois disso, procuraram a Superintendência Regional do INCRA no Amapá, onde foram orientados sobre os procedimentos para a titulação do território.

Atualmente, a realidade dos processos de titulação sofreu um impacto muito grande. Pela primeira vez, desde 1995, o governo federal suspendeu as titulações quilombolas. A suspensão será mantida até que o Superior Tribunal Federal (STF) conclua o julgamento da ADI 3239 que considera inconstitucional do Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003, responsável por regulamentar o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos de que trata o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Dez anos depois que escrevi o texto sobre Conceição do Macacoari, jamais poderia imaginar que a possibilidade da garantia do território quilombola fosse se transformar na incerteza de mais de 1.500 comunidades que foram diretamente afetadas por essa decisão.

P.S (01): O Atlas do Observatório Quilombola continua sendo atualizado, dessa vez, através de uma parceria entre o Núcleo de História Pública da Amazônia (Nuhpam) – vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e KOI-

NONIA Presença Ecumênica e Serviço. O verbete sobre Barro Preto ainda está aberto para elaboração.

P.S (02): Em 08 de fevereiro de 2018 o STF garantiu a constitucionalidade do Decreto 4887 de 2003 – Ver: STF garante posse de terras às comunidades quilombolas. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso: 13 de dezembro de 2020.

Referências

ALMEIDA, Maria das Dores do Rosário. *(Re)construindo caminhos e histórias de vida de mulheres negras da Vila do Carmo do Macacoari-Amapá*. Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais. Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br>. Acesso: 13 de dezembro de 2020.

KOINONIA. *Acervo Boletim Informativo Territórios Negros*. Disponível em: <https://kn.org.br>. Acesso: 13 de dezembro de 2020.



XVII – Dona Dandinha parte II: a entrega da cadeira de rodas no quilombo Pitanga dos Palmares (BA)

Ana Gualberto

26 de maio de 2017

Hoje vamos contar mais um capítulo da história de Maria Cândida dos Santos, conhecida como Dona Dandinha – a matriarca quilombola de Pitanga dos Palmares. Vocês conheceram a história dela no texto publicado por Daniela Yabeta no último dia 03 de abril.

Dona Dandinha foi diagnosticada com DPOC – Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, o que torna sua respiração muito difícil. Além do oxigênio, fornecido pelo SUS – Sistema Único de Saúde, ela também necessitava de uma cadeira de rodas para melhorar sua qualidade de vida.

Ficamos sabendo da necessidade da cadeira de rodas no mês de março, através de uma mensagem do Flávio Pacífico, presidente da Associação Quilombola de Pitanga dos Palmares. A partir daí, iniciamos a campanha através de uma vaquinha online. Foi um sucesso!

No dia 18 de maio, uma quinta-feira chuvosa em Salvador, sai do bairro da Federação – onde moro, com a missão de concretizar uma ação coletiva, que contou a participação de colaboradores de diversas localidades.

A caravana foi composta por três pessoas: eu, a jornalista Ivana Flores (que aceitou a missão de fazer as imagens) e Carlos, nosso *uberista* de fé. Seguimos rumo a comunidade quilombola de Pitanga do Palmares, localizada em Simões Filho, região metropolitana de Salvador, para entregarmos a cadeira de rodas.

Embora o quilombo seja relativamente próximo a Salvador, eu não conhecia nada do lugar, então, fomos de coração aberto para tudo. Durante a viagem de pouco mais de uma hora, falamos sobre a urbanização, os desafios de morar nas proximidades de rodovias, conjecturamos sobre como seria a configuração comunitária, e prin-

cialmente, em como seria a reação de Dona Dandinha com a entrega de seu presente.

Foi então que descobri que Pitanga dos Palmares é cortada por uma rodovia, que como todos nós sabemos ou podemos imaginar, produz um impacto muito maior do que é visível. Sempre que isso acontece, é fundamental reforçar as conexões históricas, culturais e sociais que mantem a identidade coletiva do grupo.

Além da rodovia, encontramos algo que, nestes meus quase 15 anos de andanças por comunidades quilombolas, nunca encontrei: um presídio que foi construindo em 2002 nas terras da comunidade.

Como isso é possível? Que tipo de governo constrói um presídio numa área coletiva de preservação de modo de vida diferenciado? Quais impactos isso leva a vida dos quilombolas? E das mulheres? Mil questões passaram pela minha cabeça.

E aí, chegamos na Capela de São Gonçalo, casinhas coloridas e muitas árvores! Conhecemos o Flávio Pacífico e ele nos levou até uma linda casinha, onde na varanda, sentada numa cadeirinha estava ela, Dona Dandinha, que nos recebeu com um sorriso aberto!

Foi difícil segurar a emoção de ouvir: “Oi, minha filha!”. Com a voz falhada, a matriarca da comunidade estava à espera do carinho que veio de longe. Me senti com muitos braços, pois eu a estava abraçando por todas as pessoas que de longe, se solidarizaram com a situação de vulnerabilidade dela.

Mas vamos a outras coisas que rapidamente soubemos durante a visita à comunidade e através de nossa conversa com o Flávio.

Existe a casa do samba! Que é o memorial da cultura da comunidade. Lá é onde guardam os instrumentos do samba de viola, do qual ele hoje é o violeiro. Guardam também o Boi do Bumba Meu Boi.

A comunidade é devota de São Gonçalo e adivinhem quem é a principal devota? Ela mesma, Dona Dandinha! Mesmo doente ele ainda pede para que seus familiares e cuidadores acendam velas para São Gonçalo, São Jorge e outros santos de sua devoção.

Guardam também o presépio e as palhas de “são gonçalinho” que é uma planta de grande prestígio dentro dos terreiros de candomblé de nação ketu, pois está ligado ao orixá Oxossi. Esta planta é

usada em uma festividade chamada “Queima da palhinha” que acontece de dezembro a janeiro.

Na comunidade também existe (e resiste) um Ilê Axé, mesmo com a chegada de muitas igrejas. Segundo Flavio, hoje são 14 igrejas evangélicas diretamente em contato com a comunidade.

Falamos também sobre as lutas do quilombo e sobre as relações com o governo estadual da Bahia, que tem apoiado algumas ações, principalmente no que se refere a produção agrícola e comercialização. Quanto ao governo municipal, de acordo com os quilombolas, ignoram a existência da comunidade.

Foi uma visita rápida que deixou aquele gostinho de quero mais! E claro, assim que eu souber mais coisas sobre a comunidade, vou compartilhar com vocês.

Por hoje gostaria de registrar o momento de amor que vivenciei através da ação de muitas pessoas. Sintam os beijos e o sorriso de Dona Dandinha, além de meu sentimento de esperança e gratidão!!!!

Referência

SILVA, Carla. *Quilombo Pitanga dos Palmares: cultura, história e luta*. Disponível em: <https://www.simoefilhoonline.com.br>. Acesso : 05 de dezembro de 2020.



XVIII – UFF recebe: Quilombo do Camorim

Daniela Yabeta

16 de junho de 2017

No último dia 08 de junho, o Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) recebeu Adilson Almeida – presidente da Associação Cultural Quilombo do Camorim (ACUQCA), para a realização de uma entrevista sobre a história da comunidade e sua inserção no movimento quilombola.

Adilson foi acompanhado de Adriana Lopes, secretária da ACUQCA. A entrevista durou aproximadamente 2h e meia e contou com a colaboração de Raquel Terto e Nathália Sarro (ambas do LABHOI) para filmagem e som. Ele nos contou sobre sua infância no Camorim ao lado de sua avó, falou sobre a Capela de São Gonçalo do Amarante– construída no século XVII e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1965, lembramos do ano de 2005 – quando ele buscava informações em KOINONIA sobre como certificar um território quilombola e destacou a magia e o encanto do Parque Estadual da Pedra Branca –Decreto 2377 de 28 de junho de 1974, uma das maiores florestas urbanas do mundo.

Sobre a titulação do território através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Adilson nos contou que solicitou a abertura do processo em 2004. Em junho de 2013, a área foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo (processo: 01420.007233/2013-88). Porém, apesar da certificação – necessária para a titulação do território já que trata da autodeclaração da comunidade, ainda em 2013 a comunidade recebeu uma carta do INCRA informando que a área reivindicada não correspondia a um território quilombola e o processo foi arquivado.

Logo em seguida, também no ano de 2013, uma construtora (Cyrela) comprou o mesmo território e deu início às obras do Barra Media Village 3 (Vila da Mídia 3), local onde os jornalistas do mundo inteiro ficaram hospedados na ocasião dos Jogos Olímpicos

Rio 2016. Diante da mobilização da comunidade, a construtora doou uma parte do terreno para a Prefeitura, é essa área – onde existe um cemitério de escravos, que os quilombolas buscam titular e construir uma sede para a associação. Para isso é necessário a reabertura do processo no INCRA.

Atualmente, a arqueóloga Silvia Peixoto (Museu Nacional – UFRJ) realiza pesquisa de doutorado sobre a ocupação histórica de Jacarepaguá e está escavando a região que corresponde ao Engenho de Camorim. Para saber mais sobre o projeto, indicamos o vídeo: Arqueologia em Escavação #1.

A ACUQCA desenvolve o Projeto Sankofa em parceria com o Instituto Rio e o Instituto Phi – Filantropia Inteligente, que oferece oficinas de jongo, coco de roda, samba de roda e capoeira aberta a população em geral. Com a ONG Argilando e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), promovem o reflorestamento no açude do Camorim.

Agora, se você quer fazer uma trilha no Parque Estadual da Pedra Branca e aprender mais sobre a história dos quilombolas do Camorim, é só agendar com o Adilson uma visita. Em janeiro desse ano eu fiz, garanto que vale muito a pena conhecer a capela de São Gonçalo do Amarante, a casa do alemão, o açude e a cachoeira maravilhosa! – Contato ACUQCA: Adilson Almeida – e-mail: acucacamorim@gmail.com.

Referências

RODRIGUEZ, Luz Stella. Transformações da Paisagem e a Memória em Camorim. *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 171-198, 2014.

Arqueologia e Pré-História – Arqueologia em Escavação #1 – Arqueologia Histórica em Jacarepaguá (RJ), com Silvia Peixoto. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 13 de dezembro de 2020.



XIX – A publicação do RTID do quilombo da Rasa (RJ)

Daniela Yabeta

04 de julho de 2017

No último dia 26 de junho, foi publicado no Diário Oficial da União, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade remanescente de quilombo da Rasa, localizada no município de Armação dos Búzios (RJ). O texto é o seguinte:

*SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO
EDITAL Nº 3, DE 16 DE MAIO DE 2017 – O Superintendente Regional do INCRA no Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 119 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA/n. 69 de 19 de outubro de 2006 e publicado no DOU do dia 20 seguinte, com fundamento no Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, em cumprimento ao Decreto n. 4887, de 20 de novembro de 2003, TORNA PÚBLICO que tramita na citada Superintendência o Processo Administrativo n. 54180.001112/2004-78, que trata da regularização fundiária das terras dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos de RASA, localizadas no Município de Armação dos Búzios/RJ.*

O quilombo é composto por 422 famílias, e o território em processo de regularização é de 109,7228 ha, composto por 9 áreas como a seguir: área 1 – Reduto – com 1,1149 ha, confrontando com a Rua Justiniano de Souza, Condomínio Búzios Green Ville I, Travessa Aristides de Oliveira e outros lindeiros; área 2 – Posto 1 – com 1,0981 ha, confrontando com a Rua Justiniano de Souza, Travessa Justiniano de Souza e outros lindeiros; área 3 – Posto 2 – com 0,6936 ha, confrontando com a Rua Justiniano de Souza, Travessa Justiniano de Souza, Rua da Assembleia e Travessa da Assembleia; área 4 – Posto 3 – com 0,5109 ha, confrontando com a Rua Justiniano de Souza, Servidão, outros lindeiros e área da Prefeitura; área 5 – Ziroleiro / Mangue de Pedras – com 22,1590 ha confrontando com terras de marinha, Rua Carlito Goncalves,

Sodema, outros lindeiros, rodovia RJ 102, servidão e Alcelino Antonio da Costa; área 6 a Arataca / Bosque de Búzios – com 29,2032 ha confrontando com a Rua da Quitanda, outros lindeiros, Estrada Velha da Baía Formosa, Rua dos Flamboyants e Avenida dos Bosques; área 7 – Campinho de Areia / loteamento Praias Rasas – com 9,3673 ha confrontando com remanescentes da quadra 206, Rua 14, Rua 43 e Rua 13; área 8 – Taua Cemitério / Sitio Santo André / Sitio Asa Branca – com 8,0531 ha confrontando com Mario Moreira, Rua 7 e Herculanio Jose Machado; área 9 – Felix / Fazenda Porto Velho – com 37,5227 ha confrontando com o espólio de João Cruz, Henrique Bueno, Belarmino Alves de Azevedo e Estrada Velha da Baía Formosa;

As áreas do Reduto e Posto de Saúde 1, 2 e 3 são ocupadas pelos quilombolas e possuem Escritura de Compra e Venda; a área de Zioleiro/Mangue de Pedras tem título RGI em nome de Sodema, matrículas 4.951 e 4.945; Arataca/Bosque de Búzios tem RGI em nome de CMCC, matrícula 19.962; Campinho de Areia possui Escritura de parte das quadras em nome de Marcelo de Sampaio e Pedro Mangia, e da Sra. Ariadini, e também RGI matrículas 6.717 e 6.731; Cemitério Taua/ Sitio Santo André / Sitio Asa Branca tem Escritura de Cessão de Posse em nome de Um Meia Oito / Leonardo Moreira; Felix/Fazenda Porto Velho tem RGI em nome de Henrique Bueno, matrícula 7.091.

Nestes termos o INCRA/SR-07 (RJ) COMUNICA que notificará os detentores de domínio abrangidos no perímetro descrito e os demais ocupantes e confinantes, que terão o prazo de 90 dias (a partir da última publicação do presente edital nos diários oficiais da União e do Estado do Rio de Janeiro, e do recebimento da Notificação referente) para, querendo, apresentarem suas contestações ao Relatório Técnico. As contestações instruídas com as provas pertinentes deverão ser encaminhadas para a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro, situada na Av. Presidente Vargas, 522 – Centro/Rio de Janeiro/RJ. Informa ainda que, de segunda a sexta-feira, no mesmo local, durante o expediente de 09:00 as 12:00 e das 14:00 as 18:00 horas, o Processo Administrativo n.54180.001112/2004-78, em cujos autos se processa o feito, estará à disposição dos interessados para consulta.

O quilombo da Rasa foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em 16 de março de 1999 (processo nº: 0420.000101/1999-

51) e desde 2004 tem processo aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para titulação de seu território (nº 54180.001112/2004-78). No entanto, precisamos lembrar que a trajetória de resistência dos quilombolas da Rasa começou muito antes da abertura desses processos.

Para vocês terem uma ideia, de forma bem resumida, funciona assim: primeiro a comunidade precisa se autodeclarar remanescente de quilombo e buscar a certificação na Fundação Cultural Palmares. Depois ela pode abrir o processo administrativo pela titulação do território no INCRA, que logo em seguida deve começar a produção do RTID. Após a conclusão do RTID o documento é submetido à análise do Comitê de Decisão Regional do INCRA, que pode aprovar ou reprová-lo. Quando aprovado, o próximo passo é a publicação. É nessa etapa que o quilombo da Rasa se encontra. Portanto, foram 13 anos para chegar até aqui, é preciso lembrar que ainda temos um longo caminho pela frente. De qualquer forma, é uma importante vitória e precisa ser comemorada.

Impossível falar do quilombo da Rasa e não mencionar o nome de Carivaldina Oliveira da Costa, a Dona Uia, grande liderança da região. Ela nasceu em 3 de junho de 1941 no território da Rasa e é uma grande referência no movimento quilombola. Sua força, garra e determinação é uma inspiração para todos. Parabéns aos quilombolas da Rasa por sempre acreditarem e nunca desistirem.

PS (01) – Em 10 de junho de 2020, Dona Uia faleceu vítima da Covid19. Ver: RACISMO AMBIENTAL – Quilombo no Rio de Janeiro chora a morte de sua líder por Covid-19. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br>. Acesso: 13 de dezembro de 2020.

Referências

ACCIOLI, Nilma Teixeira. *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio*. 2012.

PERES, Sidnei Clemente; NAZARIO, Gessiane Ambrosio. Conflitos e disputas pela terra, memória e identidade quilombola no espaço escolar da Rasa: para uma antropologia da educação em situação urbana de conflito étnico. *30ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA-2016)*. Disponível em: <http://evento.abant.org.br>. Acesso: 13 de dezembro de 2020.



XX – IPN e Quilombo da Pedra do Sal (RJ): outros patrimônios da humanidade

Daniela Yabeta

11 de julho de 2017

O Caderno de Campo dessa semana veio para celebrar o reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio Cultural da Humanidade, através do Comitê do Patrimônio Mundial, ligado a Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Estou muito orgulhosa por ter participado de uma das etapas da elaboração do dossiê de candidatura. Essa conquista envolveu muita gente, mas faço questão de destacar o grupo com o qual trabalhei, formado por Milton Guran, Mônica Lima, João Maurício Bragança e Cláudio Honorato.

Dentro dessa conversa toda em torno do Cais, vale lembrar que ele está inserido dentro de um complexo conhecido como “Pequena África”. Sendo assim, considero que para entender a sua magnitude, é muito importante conhecer também dois pontos localizados próximos ao Cais: O Instituto Pretos Novos e o Quilombo da Pedra do Sal.

Pretos Novos era o nome dado aos africanos escravizados que desembarcavam em território brasileiro. Com relação ao Cais do Valongo, os que não sobreviviam a viagem, ou morriam logo depois de chegarem no Rio de Janeiro, eram depositados em valas comuns. O cemitério funcionou entre 1769-1830 e ficou escondido até 1996, quando a proprietária da casa construída sobre ele, Merced Guimarães, encontrou restos mortais durante uma reforma no imóvel. É lá que funciona hoje o Instituto Pretos Novos, administrado pela própria Merced e seu marido Petruccio Guimarães. Há poucas semanas através, foi encontrado o primeiro esqueleto completo nas escavações realizadas no local. Trata-se de uma mulher de aproximadamente 20 anos, que foi batizada pelos pesquisadores como Josefina Bahkita, em homenagem a primeira santa africana da igreja católica. Apesar da importância histórica do cemitério, o IPN passa por um momento de falta de recursos e ameaça fechar suas portas.

Sobre o Quilombo da Pedra do Sal, ele foi certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 05 de dezembro de 2005 e desde então, lutam pela titulação do território através de processo aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em 22 de julho de 2014, através da Lei 5781, foi reconhecido como Área de Especial Interesse Cultural.

Portanto, o momento é de celebrar, mas sem jamais esquecer que é necessário manter o Instituto dos Pretos Novos funcionando, assim como garantir titulação do território quilombola da Pedra do Sal.

Referências

JUNGMANN, Mariana. *Cais do Valongo é reconhecido Patrimônio Cultural da Humanidade*. Agência Brasil – Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso: 13 de dezembro de 2020.



XXI – 26 de julho: sobre o Quilombo de Santana (Quatis/RJ)

Daniela Yabeta

26 de julho de 2017

Para quem não sabe, 26 de julho é o Dia da Avó em comemoração à Santa Ana, mãe de Maria, avó de Jesus. No sincretismo religioso, Santa Ana corresponde ao orixá Nanã. De acordo com Pierre Verger, Nanã é “considerada a mais antiga das divindades das águas, não das ondas turbulentas do mar, como Iemanjá, ou das águas calmas dos rios, domínio de Oxum, mas das águas paradas dos lagos e lamacentas dos pântanos”.

Em 26 de julho também comemoramos o Dia Estadual do Jongo no Rio de Janeiro. Em dezembro de 2011, a Lei 6098 incluiu a data no calendário oficial do estado. No seu artigo 2º, foi determinado que “na data a que se refere esta lei serão desenvolvidas, em todo o estado, em especial nas escolas públicas estaduais, ações, estratégias e políticas, elaboração de projetos e organização de debates, seminários, audiências públicas e outros eventos relacionados ao jongo”. Há exatamente dois anos atrás, inauguramos o Memorial do Jongo na cidade de Pinheiral, trabalho referente ao projeto Passados Presentes: Memória da Escravidão no Brasil. No Rio de Janeiro, também temos uma comunidade remanescente de quilombo batizada com o nome da santa. Por conta desse dia tão festivo, decidi trazer um pouco da história do quilombo de Santana para nosso Caderno de Campo da semana.

O quilombo de Santana está localizado no distrito de Ribeirão de São Joaquim, município de Quatis. No século XIX, de acordo com Tânia Gonçalves, o território da Fazenda de Sant’Anna – originalmente chamada Fazenda do Retiro, pertencia ao comendador Manoel Marques Ribeiro. Foi ele quem mandou construir, em 1867, a capela em homenagem a santa. O comendador era casado com Anna Esméria Nogueira e pai de Maria Isabel. Em 1869, após a morte de Manoel Marques Ribeiro, suas terras ficaram para sua filha, que a essa altura, já estava casada com João Pedro de Carvalho – filho do Barão do Cajuru. Juntos, Maria Isabel e João Pedro passaram a admi-

nistrar a fazenda e em 1878, dez anos antes da abolição da escravidão no Brasil, distribuíram os lotes ao redor da capela de Santa Ana, aos ex-escravizados que viviam por lá. Os quilombolas de Santana são descendentes desse grupo.

Em 1999 a comunidade de Santana foi certificada como remanescente de quilombo. Nessa mesma época, o processo administrativo de titulação do território era competência da Fundação Cultural Palmares – de acordo com o Decreto 3912/ 2001, e ele chegou a ser finalizado. Porém, de acordo com Aline Caldeira Lopes e Mariana Trotta, o cartório local se recusou a registrar o título. E mais, impetrou na Justiça Estadual uma ação de suscitação de dúvida referente ao processo, o que acabou impedindo a sua conclusão.

Em 2003, com o Decreto 4887 de 20 de novembro, a instituição responsável pela titulação do território passou a ser o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sendo assim, um novo processo administrativo foi aberto em 2004. Desde então, a comunidade segue tentando, mais uma vez, a titulação do território como remanescente de quilombo, o que envolve, além do processo administrativo, outras ações no judiciário.

Para quem quer saber mais sobre a comunidade, destaco duas pesquisas. A primeira é a dissertação de mestrado em História da Patrícia Cavalcante: “Nem ladrões de porcos, nem de terras: a comunidade quilombola de Santana” – Universidade Severino Sombra/ 2014. A segunda é a tese de doutorado em Educação de Tânia Amara Vilela Gonçalves: “Tornar-se quilombola: políticas de reconhecimento e educação na comunidade negra rural de Santana (Quatis/ RJ)” – Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) 2013.

Para finalizar, lembro que hoje [e dia de festa na cidade de Santa Ana del Yacuma (Beni – Bolívia), onde vive uma grande parte da minha família. Com o sangue boliviano que tenho, neta de Dona Olga Yabeta, não posso deixar de prestar a minha homenagem a santa. Um dia, ainda iriei festejar o dia 26 de julho pelas bandas de lá.

Referências

CAVALCANTE, Patrícia. *Nem ladrões de porcos, nem de terras: a comunidade quilombola de Santana* –Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras: 2014.

VERGER, Pierre. *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. Editora Corrupio Comércio, 1981.

TROTТА, Mariana; LOPES, Aline. Poder judiciário fluminense e a temática fundiária: apontamentos sobre os processos de desapropriação para fins de reforma agrária e de titulação de territórios quilombolas. In: MOTA, Fabio Reis; CARDOSO, Luís Roberto; MENDES, Regina Lucia. (Org). *Sociologia, antropologia e culturas jurídicas*. UFF, 2012.



XXII – 400 anos do município de São Pedro da Aldeia e o Quilombo Caveira (RJ)

Daniela Yabeta

07 de agosto de 2017

Não sei se vocês sabem, mas passei toda a minha infância e adolescência em São Pedro da Aldeia, cidade localizada na Região dos Lagos, onde até hoje vive parte da minha família. Aproveitei muito a praia do Sudoeste, meu tio chegou a ter um quiosque por lá chamado “Pôr do Sol”. Aproveitei bastante a Rua da Parra, o São Pedro Esporte Clube e a antiga pizzaria do Padre.

Ao longo de mais de vinte anos frequentando São Pedro nas férias escolares, nunca ouvi falar de nenhuma comunidade quilombola. A história que me contavam era basicamente da presença dos jesuítas na cidade durante o período colonial e da visita da princesa Isabel em 1868, quando ficou hospedada na Casa dos Azulejos.

Ainda sobre a história da cidade, em 1993, o Bloco do Abridor, um dos mais tradicionais do carnaval aldeense, fez uma homenagem a Gabriel Joaquim dos Santos (1892-1985), o “homem que criou a Casa da Flor”. Na época, eu lembro de ter perguntado quem era e onde ficava a tal casa, mas me explicaram como se fosse uma coisa de menor importância. O tempo passou, as férias escolares acabaram e eu nunca conheci o local.

Porém, ao entrar na vida adulta e deixar as férias em São Pedro, quando ingressei como estagiária em KOINONIA no ano de 2005 e tive a oportunidade de conhecer o movimento quilombola do Rio de Janeiro, descobri que na cidade havia um quilombo chamado Caveira, certificado pela Fundação Cultural Palmares desde 1999. Ao longo desses anos, visitei São Pedro não mais para ver minha família, mas para conhecer os quilombolas de Caveira e principalmente, a escola quilombola Rosa Geralda da Silveira, inaugurada em 2013, a primeira (e única) escola quilombola do estado do Rio de Janeiro construída com recursos do programa Brasil Quilombola.

Recentemente a equipe do projeto “Formulação de uma Linguagem Pública para Comunidades Quilombolas” me enviou o livro sobre o quilombo de Caveira escrito por Luciana Célia da Silva Costa. Trata-se de uma antiga demanda das comunidades de todo o Brasil que é a transformação da linguagem técnica contida nos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) em algo acessível aos quilombos. Sobre a história de Caveira, dizem o seguinte:

A comunidade descende de negros que já ocupavam essa área mesmo antes da abolição da escravatura, trabalhando na lavoura e na criação de pequenos animais. Os laços de parentesco entre os moradores, bem como essas práticas de cultivo e criação, foram fundamentais para a sua união na luta contra tentativas de expulsão por parte de supostos donos das terras que chegaram à região em diferentes momentos de sua história. Isto aqui era uma fazenda e o nome dela era Caveira, afirma o Sr. Glicério, da família Santos, que nela nasceu em 1927. Caveira fazia parte de uma fazenda enorme, chamada Campos Novos, dos jesuítas. Corresponde hoje à área que abrange todo o município de Búzios e parte de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. Caveira era o lugar onde as carcaças de gado morto eram deixadas – e os esqueletos dos animais ficavam expostos –, bem como o local onde eram enterrados os corpos de escravizados. Guardar o nome Caveira é uma forma de lembrar a violência e a crueldade do tráfico negreiro e, ao mesmo tempo, apontar para os novos tempos de resistência das comunidades quilombolas que lá se formaram. A história da escravidão na Região dos Lagos, e em todo o litoral fluminense, se confunde com a história da Fazenda Campos Novos e suas subdivisões ao longo do tempo, na época em que funcionava como centro distribuidor de escravizados africanos desembarcados em Búzios. Os escravizados eram levados até a sede da Fazenda Campos Novos e ali passavam por uma triagem. Alguns eram encaminhados às fazendas nucleares, onde passavam por uma chamada “engorda”, quando se recuperavam da viagem no tumbeiro. Nos casos mais dramáticos, em que chegavam mortos ou quase mortos, eram enviados à Fazenda da Caveira, onde pilhas de cadáveres eram enterradas, sendo esta a origem do nome da fazenda e hoje Quilombo da Caveira”.

Vale a pena destacar que esse tráfico negroiro era totalmente ilegal. Em 07 de novembro de 1831, o Brasil recém-independente, proibiu o tráfico de africanos escravizados. Através do seu Artigo 1º, a lei determinava que todos os africanos desembarcados no território brasileiro como escravizados deveriam ser livres. Mas na prática, isso não ocorreu e a ilegalidade prevaleceu. Os desembarques em Búzios são a prova disso.

Esse ano a cidade de São Pedro da Aldeia completou 400 anos. Não acompanhei as festividades, mas fico me perguntando: Qual história foi exaltada? A história da Casa dos Azulejos e de sua imponente arquitetura colonial que abrigou a princesa redentora, ou a história da Casa da Flor, uma obra prima da arquitetura espontânea construída por um homem negro e pobre que recolhia materiais por onde andava: cacos de azulejo, cerâmica, louça até então considerados imprestáveis? A história dos indígenas que foram catequizados e tirados de seu território original no Espírito Santo e trazidos para o que hoje corresponde a cidade de São Pedro da Aldeia ou a história da harmonia entre esses mesmos indígenas e os jesuítas? A história da memória da brutalidade do tráfico ilegal de africanos escravizados para o Brasil contada pelo quilombo de Caveira ou a história da extinta Rede Ferroviária Federal de estilo *artdecó*?

Sobre essas disputas, a escritora nigeriana Chimamanda Adichie que nos traz os “perigos da história única”: “Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar”, pondera. “Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida”.

Dentro dessa perspectiva, minha proposta aqui é apenas destacar a diversidade que compõe o município de São Pedro da Aldeia. Digo isso porque no site da prefeitura a experiência dos indígenas e dos africanos escravizados são apenas citados como detalhes de uma história eminentemente branca. A comemoração é pelos 400 anos, mas sempre há tempo para mudança.

Referências

História da Casa dos Azulejos. Disponível em: <https://noticiasdesaopedrodaaldeia.com.br>. Acesso: 20 de dezembro de 2020.

- G1 Região dos Lagos – Casa da Flor, em São Pedro da Aldeia, RJ, é declarada patrimônio nacional. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso: 20 de dezembro de 2020.
- COSTA, Luciana Célia da Silva. *Quilombo de Caveira*. Belo Horizonte: NUQ/FAFICH: OJB/FAFICH, 2016.
- NAZÁRIO, Gessiane. *O desafio da mudança: Educação Quilombola e luta pela terra no Quilombo da Caveira*. Tese de Doutorado em Educação. UFRJ, 2020.
- YABETA, Daniela; GOMES, Flávio dos Santos. Na Escola Quilombola. *Ciência Hoje das Crianças*, v. 26, p. 7-9, 2013.
- YABETA, Daniela. A escola quilombola de Caveira e outros casos: Notas de pesquisa sobre Educação e comunidades negras rurais do Rio de Janeiro (2013-2015). In: MATTOS, Hebe (Org.). *História Oral e Comunidade – Reparações culturais negras*. 1ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016.



XXIII – Sobre a ADI 3239 contra a garantia dos territórios quilombolas no Brasil

Daniela Yabeta

20 de agosto de 2017

No último dia 16 de agosto o Supremo Tribunal Federal (STF) adiou o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI -3239) que trata da validade do Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003, responsável por regulamentar a demarcação de terras de comunidades quilombolas no território brasileiro. Você sabe como foi que chegamos até esse julgamento? Bem, foi pensando nessa pergunta que escrevi o texto do nosso Caderno de Campo. Minha ideia aqui é trazer um resumo desse processo. Vamos ver se eu consigo:

1988 – Foi promulgado em 05 de outubro de 1988, através da nossa Constituição Federal, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que determinou: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Vale lembrar que no mesmo ano, comemorávamos os 100 anos da abolição da escravidão no Brasil. Todo o movimento e debate sobre o tema foi fundamental para que a questão quilombola fosse incluída na nossa Carta Magna.

2001 – Em 10 de setembro de 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi promulgado o Decreto 3912, responsável por regulamentar “as disposições relativas aos processos administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas”. De acordo com seu Artigo 1º, a Fundação Cultural Palmares (FCP) foi encarregada de iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como de reconhecer, delimitar, demarcar, titular e garantir o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. Para que um território fosse reconhecido e titulado como remanescente de quilombos era necessário: 1) comprovar que as terras eram ocupadas

por quilombos em 1888; 2) comprovar que as terras continuavam ocupadas por seus descendentes em 05 de outubro de 1988, data da promulgação da nossa Constituição Federal. Sendo assim, tal declaração temporal restringiu enormemente os potenciais beneficiários do Artigo 68 (CF-1988).

2003 – Durante o primeiro ano do governo Lula, no dia 20 de novembro de 2003 – quando celebramos o Dia da Consciência Negra, foi promulgado o Decreto 4887, que revogou o Decreto 3912. Assim como o anterior, seu objetivo foi regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Artigo 68 (CF-1988). Seu Artigo 2º considera “remanescente das comunidades dos quilombos grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Além da questão da auto-atribuição, o Artigo 2º também determina que para a medição e demarcação das terras, devem ser levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos próprios quilombolas. Diferente do Decreto 3912, o Decreto 4887 encarregou a Fundação Cultural Palmares (FCP) de certificar as comunidades como remanescente de quilombo. Já o processo administrativo pela garantia do território ficou aos cuidados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Aqui, também vale a pena destacar que a promulgação de um novo decreto foi uma demanda dos movimentos de comunidades negras rurais que não se sentiam contemplados com o decreto anterior.

2004 – Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3239) foi impetrada pelo Partido da Frente Liberal (PFL, atual DEMOCRATAS). O documento questiona o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, conforme estabelecido pelo Decreto 4887. De forma bem resumida, a inconstitucionalidade do Decreto 4887 é atribuída pelos seguintes motivos: 1) por conta da inexistência de uma lei prévia que confira validade ao decreto, que é ato normativo secundário; 2) são contrários a possibilidade de reconhecimento das pessoas como remanescentes de quilombo por auto-atribuição; 3) são contrários a demarcação das terras por indicação dos próprios interessados, ou seja, os quilombolas.

2012 – Em 18 de abril de 2012 ocorreu o primeiro julgamento da ADI 3239. Na ocasião, o então ministro Relator Cézár Peluso votou pela procedência da ação para declarar a inconstitucionalidade do Decreto 4887. Resumidamente, na interpretação do ministro, a inconstitucionalidade do Decreto 4887 ocorre pelos seguintes motivos: 1) viola o princípio da reserva legal, ou seja, somente uma lei poderia regulamentá-lo; 2) a desapropriação de terras públicas é vedada pelos Artigos 183 e 193 da Constituição Federal de 1988. Na ocasião, o ministro destacou o “crescimento dos conflitos agrários e o incitamento à revolta que a usurpação de direitos dele decorrente pode trazer”. Portanto, seu voto tem o “nobre pretexto de realizar justiça social”. O ministro também declarou que, para se inteirar mais sobre o debate em torno da questão quilombola no Brasil, leu o livro “Revolução Quilombola: guerra racial, confisco agrário e urbano, coletivismo”, escrito pelo jornalista Nelson Ramos (2007). O livro se refere aos quilombos contemporâneos como “um fantasma que parece ressurgir das cinzas”. Para o autor, o Decreto 4887 agitou muitas regiões do Brasil, o que provocou divisão e conflito social. Além disso, Ramos defende que o Decreto 4887 fere o direito de propriedade. Sendo assim, o presidente Lula desentendeu “mais um espectro para assombrar e acabar com a paz em nosso campo”. Como não é minha intenção aqui entrar numa discussão mais profunda sobre o que essa questão envolve, quero apenas destacar que a “agitação”, “divisão” e “conflito social” ao qual Ramos se refere, nada mais é do que a expansão de direitos à uma parcela da população que foi historicamente discriminada. Os quilombos contemporâneos não são fantasmas que ressurgiram das cinzas, eles sempre estiveram presentes lutando pelos seus direitos, porém eram invisibilizados e massacrados por aqueles que hoje enxergam neles uma grande ameaça à ordem estabelecida. A própria promulgação do Decreto 4887 foi uma conquista dos quilombolas. Infelizmente, Cézár Peluso mostrou que pensa diferente. Após seu voto, a ministra Rosa Weber pediu vista de processo, e o julgamento não foi concluído.

2015 – O segundo julgamento ocorreu em 25 de março de 2015. Diferente de Cézár Peluso, a ministra Rosa Weber votou pela improcedência da ação. No entanto, ela defendeu o estabelecimento de um “marco temporal” para a titulação. O “marco temporal” traz de volta o Decreto 3912 promulgado por Fernando Henrique Cardoso em 2001, quando as comunidades remanescentes de quilombo tinham que provar a permanência no mesmo território na data de promulgação da Constituição Federal de 1988. Sendo assim, o voto

da ministra não levou em consideração casos em que as comunidades foram expulsas de seus territórios violentamente. Após o voto de Rosa Weber, o julgamento foi novamente suspenso porque o ministro Dias Tóffoli pediu vista do processo.

2017 – Chegamos ao dia 16 de agosto, quando o STF adiou novamente o julgamento da ADI 3239 por conta da ausência do ministro Dias Tofolli devido a problemas de saúde. Uma nova data será agendada pela ministra Carmen Lúcia.

Apesar de não ter ocorrido o julgamento, a mobilização em torno da defesa pelos direitos quilombolas continua trabalhando intensamente. Afinal de contas, #OBrasilÉQuilombola! Para você colaborar com essa corrente assinando a petição #NenhumQuilomboAMenos.

P.S (02): Em 08 de fevereiro de 2018 o STF garantiu a constitucionalidade do Decreto 4887 de 2003 – Ver: STF garante posse de terras às comunidades quilombolas. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso: 13 de dezembro de 2020.

Referências

ARTIGO 68 ADCT/CF 1988. Disponível em: <http://www.senado.leg.br>. Acesso: 20 de dezembro de 2020.

DECRETO 3912 de 10 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso: 20 de dezembro de 2020.

DECRETO 4887 de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso: 20 de dezembro de 2020.

ADI 3239. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br>. Acesso: 20 de dezembro de 2020.

ADI 3239. *Voto Ministro César Peluso* (18/04/2012). Disponível em: <http://cpisp.org.br>. Acesso: 20 de dezembro de 2020.

ADI 3239. *Voto Ministra Rosa Weber* (25/03/2015). Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso: 20 de dezembro de 2020.

NOTÍCIAS STF. *Pedido de vista suspende julgamento de ADI sobre reconhecimento de terras quilombolas*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso: 20 de dezembro de 2020.



XXIV – Nota de pesar pelo falecimento de Flávio Gabriel Pacífico dos Santos

Ana Gualberto e Daniela Yabeta

25 de setembro de 2017

As páginas do Caderno de Campos dessa semana estão repletas de tristeza. No dia 19 de setembro, Flávio Gabriel Pacífico dos Santos (36), mais conhecido como “Binho do Quilombo”, foi brutalmente assassinado no município de Simões Filho (BA). Deixamos aqui registrado nossa solidariedade a toda comunidade quilombola de Pitanga dos Palmares.

Para quem não lembra, Binho foi o responsável por buscar ajuda para Dona Dandinha, que precisava de cadeira de rodas. Devido a sua mobilização, começamos uma campanha para arrecadar fundos e possibilitar uma qualidade de vida melhor para a matriarca do quilombo, grande referência do samba de roda na comunidade de Pitanga dos Palmares.

De janeiro até setembro de 2017, nove quilombolas foram assassinados no estado da Bahia. Além de Binho de Pitanga dos Palmares, em agosto houve uma chacina no quilombo de Iúna (Lençóis). Na ocasião, foram mortos: Adeilton Brito de Souza, Gildásio Bispo das Neves, Amauri Pereira Silva, Valdir Pereira Silva, Marcos Pereira Silva e Cosme Rosário Conceição. Em julho, José Raimundo de Souza Júnior, do quilombo da Jibóia (Antônio Gonçalves), foi executado em seu local de trabalho e Lindomar Fernands Martins, outro quilombola de Iúna, foi encontrado morto na estrada que dá acesso a comunidade. Até agora, as notícias que temos é de que ninguém foi responsabilizado por esses crimes.

Além de uma grande liderança local, Binho era músico. Deixamos aqui registrado sua composição “Música do Pilão”, em homenagem a Dona Dandina.

Binho do Quilombo, para sempre presente!

Referências

- BITTENCOURT, Mário. *Seis quilombolas são mortos em área de disputa na Bahia*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br>. Acesso: 05 de dezembro de 2020.
- HERMES, Miriam. *Assassinato de lideranças quilombolas é apurado*. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br>. Acesso em: 05 de dezembro de 2020.
- PORTAL GELEDÉS. *Líder quilombola “Binho do Quilombo” é morto a tiros em Simões Filho*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br>. Acesso: 05 de dezembro de 2020.



XXV – Sobre tornar-se intelectual

Ana Gualberto

07 de janeiro de 2018

No mês de setembro um dos temas que debatemos no grupo de pesquisa Etnomídia, do qual faço parte, foi sobre a diferença entre o acadêmico e o intelectual. Por isso, resolvi compartilhar com vocês algumas elucubrações sobre ser e torna-se intelectual.

A primeira coisa que vem à cabeça ao pensar na palavra intelectual é pensador, pessoa que reflete sobre, que formula. Entretanto, se a capacidade de pensamento é inerente ao ser humano, “penso, logo existo”, todos somos intelectuais? Para responder esta pergunta é preciso sair do primeiro impacto e construir um conceito de intelectualidade e de intelectual.

Tecendo aqui um comentário raso: para Gramsci (Cadernos do Cárcere/ 2001), todos os homens são intelectuais mesmo não exercendo a função, mas existem dois tipos que exercem. Os intelectuais orgânicos que estariam ligados a classes ou empresas e que seriam usados para conquistar o poder e o controle; e os intelectuais tradicionais que passam ano após ano permanecendo no mesmo lugar: não sou/estou em nem um polo nem em outro.

A capacidade de pensamento e de formulação é sim inerente aos seres humanos. Porém, o que compõe o ser intelectual é a capacidade crítica e analítica, a capacidade de formular questões, possibilidades e caminhos a partir de onde está inserido, de construir incômodos que promovam mudanças. Nem sempre bem querido nos espaços, mas necessário para “olhar além”, com elementos de outras experiências, somados a estudos e reflexões, construindo e desconstruindo conceitos e paradigmas.

O intelectual é um ser cotidianamente incomodado com o que lhe cerca. Este incômodo produz necessidade de novas formulações, novos caminhos, e de expressar-se dividindo seus incômodos, tirando as pessoas, ou pelo menos tentando tirar, de seus lugares de conforto.

Minha trajetória em tornar-se intelectual, se inicia nas provocações feitas por minha mãe ainda na infância para seus filhos, somos quatro no total. Ela sempre nos questionava sobre que lugar ocuparíamos no mundo: dos que veem as coisas acontecerem ou dos que fazem as coisas acontecerem. Essas provocações me levaram muito cedo a militância dos movimentos sócias na busca por equidade.

A entrada nos movimentos sociais não se fez suficiente, precisava entender melhor o porquê de tantas coisas que causavam, e continuam causando, tantas injustiças. Soma-se a isso a figura dos “gurus” as pessoas com as quais me aconselhava, apresentava minhas perguntas e pedia opiniões, opiniões estas que vinham somadas de referências, citações de pessoas, fatos históricos, reflexões que estabeleciam conexões e que me deixam mais e mais inquieta e com mais questões. Estes fatos me levaram para a universidade onde me deparei com a prática acadêmica, da reflexão e debate sobre o pensamento de outros e formular meu próprio pensamento. Onde percebi que eu poderia ocupar este lugar de ser a provocadora do incômodo, a que coloca a “*mosca no quarto a zumbizar*” como nos ensinou Raul Seixas.

Acredito que o maior desafio para nós intelectuais, seja dar uso real às nossas pesquisas e reflexões. Por minha história de vida e o meu lugar na sociedade, não acredito que possamos nos manter em um espaço de produção de conhecimento espectador do mundo. Precisamos e podemos ampliar o diálogo entre academia e sociedade, já que nossa prática é invariavelmente ligada à sociedade. É preciso manter o “alerta constante” como afirma Said (Orientalismo/2003), e principalmente estabelecer diálogos para que nossas reflexões não fiquem apenas entre nós e nossos pares.

Estamos em um momento em nosso país em que refletir sobre, é muito pouco. Precisamos reagir. E que essas reflexões nos levem, e levem a outras pessoas, a reações que produzam algum tipo de mudança na situação atual de privação da democracia. Perdemos a cada dia, direitos conquistados a duras penas e a sangue derramado.

É tempo de reação. Hoje, mais que nunca, questiono: Qual é o papel do intelectual? Para onde nossos pensamentos nos levam?

É tempo de pensar e de agir. E para isso a ação coletiva é fundante. Ou vamos juntos, ou não vamos a lugar nenhum.

Feliz 2018!

Referências

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Editora Companhia das Letras, 2007.



XXVI – Tour pelo subúrbio carioca parte II: O largo do bicão

Daniela Yabeta

15 de janeiro de 2018

Hoje, circulando pela vizinhança, resolvi escrever sobre um local de grande referência no subúrbio carioca: a praça Rubey Wanderley, mas conhecida como “Largo do Bicão”.

Apesar de tantos anos passando pela localidade, me dei conta de que não sabia quem foi Rubey Wanderley, assim como também não sabia se existia realmente uma bica grande (bicão!) na tal praça. Decidi então, caminhar pelo largo de forma mais atenta e pesquisar notícias sobre seu patrono. Descobri que Rubey Wanderley foi um jornalista e escritor. Um dos editores do jornal *O Radical*. Em 01 de junho de 1939, foi publicada uma foto intitulada “*A família de O Radical*”, onde podemos encontrar Rubey Wanderley sentado de paletó escuro, óculos e gravata.

Sobre a existência do “bicão”, posso garantir que ela está realmente lá. De acordo com matéria publicada no jornal *Extra* de 05 de janeiro de 2012, Evando dos Santos, o fundador da Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Menezes – localizada próxima ao Largo do Bicão, a tal bica foi instalada a mando de D. Pedro II, que passou pela localidade e percebeu que a região precisava de uma fonte de água. Já Carla Araújo, em matéria publicada no site MultiRio, conta a história de que a construção da grande bica ocorreu por volta de 1900, quando o Rio de Janeiro sofria com falta de abastecimento de água. Sua finalidade era atender a demanda dos residentes.

No entanto, o que mais me deixou abismada foi a afirmação de Evando dos Santos, profundo conhecedor da história local, de que o Largo do Bicão abrigou durante algum tempo um quilombo. Não encontrei maiores informações sobre a existência dessa comunidade, mas o interessante é que bem próximo ao Largo do Bicão temos um bairro chamado *Quitungo*, termo *quimbundo* que, de acordo com Renato Mendonça em “*A influência africana no português do Brasil*”, significa “*gongá*” – cestinha com tampa. Em 26 de julho de

1876, encontrei no periódico *Diário do Rio de Janeiro* uma referência a localidade. Trata-se de um relato sobre o julgamento de um crime ocorrido na freguesia do Irajá, no lugar “denominado Quitungo”.

Após essa breve pesquisa, passar pelo Bicão tomou outro significado. Fico pensando em quem frequentava o largo em busca de água, como era o Quitungo no século XIX, quais foram as primeiras famílias que habitaram a região, entre tantas outras coisas mais. O subúrbio é realmente um lugar rico de histórias e merece cada vez mais ser investigado. Para quem não conhece o Largo do Bicão, é uma grande referência para chegar até o Polo Gastronômico de Vista Alegre. No Bicão encontramos uma placa ótima indicando o caminho a seguir.

Ao longo do tempo o Largo do Bicão se destacou como um espaço de sociabilidade e ainda hoje é assim. Em 2012, um moderno parque de skate que foi inaugurado por lá.

Referências

ARAÚJO, Carla. *Vila da Penha, local de literatura e diversão*. Multi-Rio. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br>. Acesso: 20 de dezembro de 2020.

MENDONÇA, Renato et al. *A influência africana no português do Brasil*. 2012.

OLIVEIRA, Djalma. Zona Norte: fundador de biblioteca comunitária exalta a história da região. *Jornal EXTRA*. Disponível em: <https://extra.globo.com>. Acesso: 20 de dezembro de 2020.

WANDERLEY, Rubey. *Getúlio Vargas, político e escritor*. Képler, 1951.



XXVII – Encontro de comunidades quilombolas do Rio de Janeiro

Ana Gualberto

13 de setembro de 2018

Entre os dias 10/12 de agosto, estive em mais um Encontro das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro. Este foi o quinto encontro e reuniu, aproximadamente, 120 quilombolas.

Há dois anos eu mudei de vez para Bahia e, desde 2015, KOINONIA não está realizando projetos especificamente em comunidades do Rio de Janeiro. Isso faz com que estejamos mais ausentes do cotidiano dos quilombolas. Apesar disso, as relações que foram estabelecidas ao longo de mais de 15 anos de trabalho, não se abalam com a distância geográfica.

Nosso reencontro foi marcado por abraços, sorrisos, histórias revividas e promessas que não vou conseguir colocar tudo nesse curto texto. Por isso, minha ideia aqui é compartilhar os momentos potentes vivenciados nesses três dias de construção coletiva.

Conhecer mais uma comunidade quilombola e jogueira!

A maioria dos quilombolas presentes no encontro não conheciam o território da comunidade de Machadinho. A comunidade quilombola de Machadinho se estruturou a partir da Fazenda Machadinho, que funcionou até 1924. Após essa data, a fazenda acabou se tornando patrimônio da prefeitura de Quissamã – como pagamento de dívidas públicas, e até hoje é a prefeitura quem administra suas terras.

Os quilombolas permaneceram no território, incluindo as senzalas, mantendo as práticas agrícolas e culturais, que incluem o jongo e o fado. A comunidade se divide em Machadinho e mais quatro núcleos: Bacurau, Santa Luzia, Boa Vista e Mutuma. Estas áreas foram adquiridas por compra e por doação, no caso de Santa Luzia. Mesmo com esta divisão geográfica, o grupo é unido na identidade de remanescentes de quilombo de Machadinho, já que seus ancestrais

trabalharam na fazenda e a compreensão do território articula esses cinco núcleos.

Momento de planejar e avançar!

Esse encontro marcou e comemorou os 15 anos de existência da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Rio de Janeiro (ACQUILERJ), que foi fundada em 2003 e tem como principais objetivos: 1) lutar conjuntamente com as comunidades quilombolas pela titulação das terras em cumprimento ao Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da nossa Constituição Federal de 1988; 2) realizar, sistematicamente, cursos de capacitação de lideranças, com efeito multiplicador; 3) trabalhar pelo desenvolvimento das comunidades quilombolas, levando em consideração a preservação ambiental; 4) lutar pela preservação da identidade cultural das comunidades quilombolas; 5) atuar em cooperação com outros grupos, quilombolas ou não, em todo território nacional; 6) estabelecer intercâmbio, contratos e convênios com organismos públicos, privados, nacionais ou estrangeiros, objetivando a consecução dos seus objetivos; 7) desenvolver programas ou projetos e ministrar cursos de capacitação profissional. Você também pode acompanhar as ações da entidade através da página do Facebook: [Acquilerj Quilombo](#).

Durante o encontro, uma nova diretoria foi eleita, contando com mais de 60% de mulheres e 30% de jovens, Um marco desse encontro foi a participação dos jovens, que pautaram a criação de um Diretoria de Juventude, que pretende realizar ainda esse ano, um encontro de jovens quilombolas para definir ações conjuntas e prioritárias. O coletivo de mulheres também pautou a realização de um encontro das mulheres quilombolas para debater suas especificidades e prioridades, além de aprofundar ações de combate a violência contra mulheres e na promoção da equidade de gênero.

Quilombolas e eleições!

Durante o encontro, o tema das eleições também foi debatido. Foram apresentadas duas candidaturas para deputado estadual: 1) Ronaldo Santos – do quilombo Campinho da Independência (Paraty); 2) Franklin Quilombola – do quilombo de São Benedito (São Fidélis).

Desejamos que os dois sejam eleitos, já que a pauta das comunidades quilombolas nunca foi prioridade no Rio de Janeiro e temos apenas três comunidades tituladas em todo o estado. Acreditamos que com a eleição deles, seja possível avançar na construção de uma legislação que responsabilize o estado pela titulação dos territórios quilombolas. Esse é o desejo de todos nós, que atuamos com as comunidades e, principalmente, das lideranças quilombolas que estão há anos lutando para avançar nos processos.

Referência

KOINONIA. *Encontro estadual das comunidades quilombolas no RJ: ser quilombo no Brasil sempre foi luta política*. Disponível em: <https://koinonia.org.br>. Acesso: 05 de dezembro de 2020.



SOBRE AS AUTORAS



Sou Ana Gualberto, 43 anos, mulher, negra, candomblecista Iya T'Oju Omò do Ilê Adufé, Omo Orixá Oxum iniciada há 10 anos, mãe do Caio Fernando, historiadora formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ – 2010), oriunda de uma das primeiras turmas de cotas raciais. Sou mestre em Cultura e

Sociedade pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santo da Universidade Federal da Bahia (IHAC – UFBA) e moradora de Salvador. Integro a Rede de Mulheres Negras da Bahia (RMNB), Rede de Mulheres de Terreiro da Bahia (RMT) e sou articuladora do NZinga Coletivo de Mulheres Negras em Belo Horizonte. Coordeno as ações junto a comunidades negras tradicionais em KOINONIA Presença Ecu-mênica e Serviço, organização onde trabalho há 18 anos.

Sou Daniela Yabeta, natural do Rio de Janeiro, nascida na Praça XV, criada no bairro do Irajá e eque de Airá no Ilê Axé Onixegum. Bacharel em História pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro – 2007), mestre em História pela UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – 2009)



e doutora em História pela UFF (Universidade Federal Fluminense – 2014), atualmente moro em Porto Velho, onde trabalho como professora de História Moderna e Contemporânea no Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Como docente da UNIR, criei o Núcleo de História Pública da Amazônia (Nuhpam) e em parceria com KOINONIA Presença Ecu-mênica e Serviço, coordeno a atualização do Atlas do Observatório Quilombola.